

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 092

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 2002

ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>

## Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 062ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
27 DE JUNHO DE 2002**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Cesar Seleme.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho e Antonio Baratter; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kiele, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes da leitura do expediente queremos dar as nossas boas vindas aos parlamentares que nos visitam hoje: deputados Sérgio Augusto Lopes Ramirez, José de Jesus Martinez Gonzales, Rafael Galvan Nappa, Francisco Dávila Garcia, Letícia Ramirez Alba e Roberto Galego Escobar. São nossos colegas do México que fazem uma visita à nossa Casa de Leis.

É uma satisfação recebê-los na Assembléia Legislativa do Paraná.

Antes de entrar na Ordem do Dia temos Requerimento nº 834, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, solicitando licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico pelo prazo de 130 dias. Em votação. **Aprovado.**

Convido o deputado Antônio Carlos Baratter a tomar assento, não havendo necessidade de prestar juramento porque o fez anteriormente.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 023/2002

Curitiba, 25 de junho de 2002.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que transfere o Orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater e da Companhia de Desenvolvimento do Paraná - Codapar, do Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta para o orçamento de Investimento.

Justifica-se a presente proposição, tendo em vista que uma das metas a serem cumpridas no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal é da Reforma do Estado, o que inclui além do projeto de reforma administrativa que já se encontra nessa Casa de Leis, a redução das despesas de pessoal das entidades da administração indireta, sendo que a redução e a economia sobre o pessoal pertencente às Empresas Públicas e Economias Mistas, deverão se basear numa nova maneira de Gestão Pública, buscando satisfazer à equação custo/benefício X missão do Órgão, que justifique o motivo pelo qual a organização foi criada e sua importância no plano de governo.

A Empresa Pública de hoje deverá assumir a responsabilidade de cobrir carências da população em termos de conhecimento e evolução técnica, objetivando aumento da qualidade e da produtividade, resultando, com isso, na geração de riquezas e na melhoria da qualidade de vida.

A ligação efetiva entre a Empresa Pública e a Administração Direta deverá se dar através de um contrato, o qual pode ser de Gestão, quando o Governo deseja fomentar um segmento em relação aos corolários privados, e de serviços, quando a atividade for somente de interesse público.

É importante ressaltar que os referidos contratos deverão conter metas quantificáveis e cronogramas físicos - financeiros, sendo que o valor estipulado pelos serviços a serem prestados deverão estar contemplados na previsão orçamentária de cada exercício.

Com isso, as empresas públicas precisarão provar que são competentes, eficazes, autônomas e com capaci-

dade de gerar recursos financeiros suficientes para serem aplicados em investimentos sociais e para sua manutenção.

Num primeiro momento estamos propondo somente a alteração na forma de atuação da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater e da Companhia de Desenvolvimento do Paraná - Codapar, para as outras empresas que ainda estão sendo objeto de estudos, esta modificação deverá se dar a partir do exercício de 2003.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater e a Companhia de Desenvolvimento do Paraná - Codapar, vinculadas à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, deixam de ser consideradas Empresas Estatais Dependentes a partir de 1º de julho de 2002.

Art. 2º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar na Lei Estadual nº 13.386 de 21/12/2001, o Orçamento de Investimentos da Unidade 6580 - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater e da Unidade 6582 - Companhia de Desenvolvimento do Paraná - Codapar.

Art. 3º - Os recursos do Tesouro Geral do Estado provenientes dos saldos remanescentes do Orçamento Próprio, das Unidades a que se refere o artigo 1º, existentes em 30 de junho de 2002, serão transferidos para a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 4º - Os saldos dos recursos Próprios das Unidades a que se refere o artigo 1º desta lei, provenientes das Despesas de Investimentos serão transferidos para o respectivo Orçamento de Investimento e os demais serão cancelados.

Art. 5º - Os saldos de que tratam os artigos 3º e 4º desta lei deverão ser apurados em no máximo 60 (sessenta) dias.

Art. 6º - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder os créditos adicionais decorrentes desta lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1863

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para os Projetos de Lei: 361/2002 (autoriza o Poder Executivo a empreender estudos e planejamento necessários à criação e implantação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Vale do Iguaçu); 448/2002 (determina que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica em vias (ruas) devidamente oficializada pelos municípios do Estado do Paraná, sem ônus para os usuários) e Projeto de Resolução nº 14/2002 (institui a Comissão de Concessão de Honrarias da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná), de autoria do deputado Algaci Tulio.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

### REQUERIMENTO Nº 1837

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para os Projetos de Lei: 243/2001 (concede desconto no Imposto IPVA e dá outras providências); 640/2001 (cria o Programa de Aproveitamento de Alimentos Não Consumidos - PAANC e dá outras providências); 681/2001 (autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Família Solidária) e 703/2001 (assegura a prestação de serviços e possibilita incentivo às empresas que financiem bolsa de estudo aos professores que necessitam complementação pedagógica), de autoria do deputado Algaci Tulio.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

### REQUERIMENTO Nº 1843

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para os Projetos de Lei: 228/2002 (dispõe sobre a concessão de vagas aos idosos nas instituições superiores de ensino); 311/2002 (institui o sistema de identificação datiloscópica em recém-nascidos e adota outras providências) e 317/2002 (denomina o Centro Estadual de Educação Profissional de Curitiba - Instituto Politécnico Estadual como Centro Estadual Prof. Naoki Kichida) de autoria do deputado Algaci Tulio.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

### REQUERIMENTO Nº 1844

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, regime de urgência para os Projetos de Lei: 29/2002 (dispõe sobre o uso de colete à prova de balas); 124/2002 (oficializa o dia 16 de março como “Dia Estadual de Conscientização e Prevenção contra a Dengue”); 203/2002 (autoriza o Poder Executivo a estender a gratificação de produtividade concedida aos servidores públicos do Quadro Geral do Estado às categorias de base da Polícia Civil) e 213/2002 (institui o Programa de Habitação dos Idosos e dá outras providências) de autoria do deputado Algaci Tulio.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO Nº 1829

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência para discussão e para votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2002, item 17 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 1835

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência para discussão e para votação do Projeto de Resolução nº 028/2001, item 16 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 1853

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, a não inclusão na Ordem do Dia, da Mensagem 023/2002, de autoria do Poder Executivo, que trata da mudança do orçamento da natureza das rubricas das verbas para Emater e Codapar.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A presente mensagem oriunda do Poder Executivo merece um maior estudo quanto às questões de natureza orçamentária e jurídica, por se tratar de atividade essencial ao Estado. A Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, como uma empresa pública, e a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - Codapar, como uma sociedade de economia mista, são agregadoras de condições básicas para o funcionamento do nosso Estado, ambas ora na agricultura, ora na pecuária, destacam-se na busca de um aperfeiçoamento de suas finalidades. O estudo da presente mensagem tem que se desenvolver de uma forma minuciosa e cuidadosa, atentando-se sobretudo na Lei Agrícola

e na Constituição Estadual que asseguram a prestação de serviços de extensão rural destinados ao pequeno e médio produtor rural de forma gratuita.

Qualquer alteração desse arranjo poderá arremeter as instituições a mudarem seu público alvo na busca de um percentual maior de recursos próprios, dessa maneira mudando o foco, bem como o aumento de despesas através da obrigatoriedade de pagamento de novos tributos.

São estas as razões do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1832

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão e que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1831

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 1833

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 364/2001, que autoriza o Poder Executivo, a implantar o curso de Engenharia Mecânica no campus da Unioeste.

O Projeto de Lei nº 353/2000, com matéria idêntica foi vetado em 11.01.2002 pelo senhor governador do Estado, e a Proposição nº 27/2002, que dispõe sobre o referido veto, ainda não foi apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

Para que esta Casa não cometa o grave erro de enviar à sanção governamental projeto com similitude a outro vetado recentemente, entendemos que o projeto de Lei nº 364/2001 não poderá retornar à Ordem do Dia, enquanto a Proposição-Veto nº 27/2002 não for apreciada pelo Plenário da Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 1854

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, respeitosamente REQUER a retirada do item 07, Projeto de Lei nº 030/2002, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Poder Executivo (QPPE), para que o mesmo seja discutido na próxima Sessão Ordinária.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1834

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem REQUERER, após ouvido o douto Plenário, licença para tratamento de saúde, conforme especificado no atestado médico, pelo prazo de 130 dias.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

#### REQUERIMENTO Nº 1852

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Samuel da Silva, ocorrido no dia 26 de junho de 2002, na cidade de Ivaiporã.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos filhos Eva, João, José, Sidney, Dione e Nina da Silva, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Souza Naves, 1265 - CEP 86870-000 - Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1845

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal A Folha da Imprensa, pela comemoração de seus 11 anos.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal A Folha da Imprensa está comemorando seus 11 anos.

Fundado em 25 de junho de 1991, com solenidade no Graciosa Country Club, por Alcy Ramalho Filho, o jornal A Folha da Imprensa tem se destacado como um dos importantes veículos de comunicação do nosso Paraná.

A Folha da Imprensa tornou-se um símbolo dos paranaenses. Estamos acostumados a tê-lo em nosso meio, pois é referência em comunicação e informação tendo se transformado em órgão de representatividade de luta pelas conquistas de todos e de cada um dos parana-

enses, que nele tem um verdadeiro instrumento de conquistas sociais.

Com uma equipe altamente capacitada, traz diariamente estampado em suas páginas o resultado do trabalho atento e constante dos que o fazem. De leitura fácil, com diagramação que permite a eficiência de seu manuseio, A Folha da Imprensa está em todos os lugares onde vamos, nas mãos de todas as faixas sociais - é comum vê-lo passando de mão em mão, inclusive nos meios políticos, já que sua opinião de respeitável veículo de comunicação é das mais precisas e respeitadas em todos os lugares.

É defensor implacável do nosso povo, da nossa terra, do nosso meio ambiente. Está presente em todos os acontecimentos, dando-lhes cobertura e sua equipe, alvo dos mais elevados elogios foi responsável por reportagens que demonstraram a real dimensão dos problemas ecológicos, ambientais, sociais, dentre tantos que enfrentou e enfrenta o nosso Paraná.

Ao jornal A Folha da Imprensa, através de seu diretor-presidente Alcy Ramalho Filho (Rua Machado de Assis, 462 - 80030-370 - Curitiba - PR), pela comemoração de seus gloriosos 11 anos, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1846

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Rádio Clube Paranaense, pela comemoração de 78 anos da sua fundação.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Rádio Clube Paranaense está completando em data de hoje seus 78 anos. Fundada em 27 de junho de 1924, foi a primeira emissora do Paraná e a terceira do Brasil e sua história está ligada à própria história do Estado, já que desde cedo foi um dos principais veículos de comunicação, participante da vida econômica, social, política e histórica do Paraná.

A história de sua fundação remete a três ouvintes que reuniam-se no sótão da residência do Sr. João Alfredo Silva para ouvir rádio e a Rádio Clube foi ao ar no dia 27 de junho, tendo sua primeira Diretoria constituída pelos Srs. Francisco Fido Fontana (presidente), Lívio Gomes Moreira (direção técnica) e João Alfredo Silva (secretário).

A Rádio Clube nasceu com objetivos educativos e seu primeiro transmissor tinha potência de 3 watts, quando nossa cidade tinha apenas 70.000 habitantes. Hoje, 78 anos depois, a Rádio Clube possui alcance mundial e chega às casas com o prefixo B-2, que advém do prefixo PRB-2.

Durante mais de duas décadas a Rádio Clube Paranaense foi a única emissora de Curitiba, pois somente no

final da década de 40 surgiu a segunda emissora - Rádio Marumby e já em seguida surgiu a Rádio Guairacá. Nesta oportunidade grandes nomes de expressão da Rádio Clube transferiram-se para a Rádio Guairacá. Mas, sendo a Rádio Clube a primeira e mais tradicional da nossa cidade e do nosso Estado, muitos nomes de expressão já passaram pelos seus microfones.

Ao longo desses 78 anos muitos foram os programas que encantaram os ouvintes da Rádio Clube. Dentre eles, o de maior repercussão foi a Revista Matinal, sob a responsabilidade de Artur de Souza e ficou no ar durante 29 anos. Também diversos programas de auditório marcaram época sob a responsabilidade de Ubiratan Lustoza.

A Rádio Clube, durante a época de ouro do rádio, além de valorizar suas equipes de trabalho, trouxe para seus microfones muitos nomes famosos como Orlando Silva, Ataulfo Alves, Dalva de Oliveira, Gregório Barros, Nuno Roland, Tito Schipa, Carlos Galhardo, Vicente Celestino, Emilinha Borba, Marlene e outros.

Primeira em transmissão esportiva no Paraná, a Rádio Clube mantém esta liderança até hoje. Sua primeira transmissão esportiva foi ao ar dia 02 de setembro de 1934, direto da Baixada em Curitiba, em um clássico Atletiba e em 1970 transmitiu todos os jogos da Copa da Mundo.

Uma outra página interessante da história da Rádio Clube foi a Rádio-teatro com um grupo de atores que pertencia à emissora, todos amadores, porém cheios de vontade e idealismo. Dentre as muitas peças levadas ao ar, a primeira foi a "A Ceia dos Cardeais", do autor Júlio Dantas, transmitida com grande sucesso em 1934.

Desde a sua fundação, a Rádio Clube destacou-se pela preocupação de levar aos ouvintes a melhor e mais fidedigna informação. Atualmente integra a Rede Católica de Rádio - RCR, junto com mais 170 emissoras, sendo a maior emissora católica do Brasil. Inicialmente sob a responsabilidade do arcebispo, passou em 1992 para a Congregação dos Irmãos Maristas.

Como comunicador, tenho orgulho de integrar o corpo funcional da Rádio Clube há 27 anos, com programa diário, pela manhã, das 06h30min às 09h00min, com um Canal Aberto para a comunicação com o povo do nosso Paraná.

Pela comemoração de seus 78 anos, receba a Rádio Clube Paranaense (Rua Rockefeller, 1311 - Rebouças - Curitiba - PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1848

Senhor Presidente:

Na forma de que prescreve o Regimento Interno, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviada correspondência ao Ministro de Estado da Previdência Social, Exmo. Sr. José Cechin, solicitando do mesmo providências no sentido de se rever a situação dos aposentados, pelo sistema de pre-

vidência social, priorizando a recomposição do salário mínimo em valor condizente com as necessidades básicas da população.

Estima-se que os aposentados representam hoje 40% do mercado consumidor, gastando anualmente 700 milhões de reais.

Segundo pesquisas, em 25% dos lares, os aposentados é que pagam as contas e o país conta com 13 milhões de aposentados recebendo um salário mínimo.

Em trabalho realizado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), descobriu-se que, das 47 milhões de famílias brasileiras, 12 milhões de famílias são sustentadas pelos idosos. Ou seja, os mais velhos estão pagando as contas dos mais jovens - e não apenas as próprias despesas.

A média das aposentadorias pagas pelo INSS, é baixa, no valor de R\$305,00 (trezentos e cinco reais) impedindo que muitos idosos parem de trabalhar. De acordo com a referida pesquisa, de cada dez pessoas acima dos 60 anos, seis sustentam a casa e três ainda trabalham. Essa situação provoca maior pressão no mercado de trabalho e os jovens enfrentam situação cada vez mais competitiva.

É preciso considerar ainda que as pessoas estão vivendo mais e necessitam de condições de sobrevivência. Esse avanço tem um preço que precisa ser considerado pelo Poder Público Federal, a que, cabe reger o sistema previdenciário.

Para o Dieese, utilizando dados de dezembro de 2001, o salário mínimo deveria ser 5,5 vezes maior, ou seja, R\$1.100,00, para garantir o pagamento de todas as despesas constitucionalmente previstas para o salário mínimo.

Sem dúvida, a universalização da Previdência Social, na cidade e no campo, é uma conquista do trabalhador, mas é preciso enfrentar a recuperação dos valores para que, efetivamente, os aposentados possam viver com dignidade.

As regras para o pagamento de aposentadorias também não ficam claras para os cidadãos, porque estão sempre tendo que cumprir novos prazos e mesmo contribuindo durante longos anos, sempre acabam recebendo menos do que realmente teriam direito. Esse fato pode ser comprovado pelo grande número de ações existentes nas varas previdenciárias da justiça federal.

Enquanto os sistemas previdenciários particulares são entidades milionárias, o sistema público, segundo o governo, é sempre deficitário. É muito difícil para a população compreender porque estão sempre contribuindo e nunca têm direito ao retorno em valor digno!

Em razão do exposto, pede-se a atenção do Ministério da Previdência Social, para que os brasileiros possam realmente se alegrar com a chegada da aposentadoria.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 492/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Produtores da Vila Rural Santa Bernadete, Distrito do Monte Real, com sede na Vila Rural Santa Bernadete e foro na cidade de Santo Antônio da Platina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Moradores e Produtores da Vila Rural Santa Bernadete, com sede na Vila Rural Santa Bernadete e foro na cidade de Santo Antônio da Platina, que foi fundada em 27/01/2000, é uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, político-partidária ou religiosa, com prazo de duração indeterminado.

A entidade tem por finalidade estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, contribuindo para a formação e desenvolvimento da Vila Rural Santa Bernadete.

Está em regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias, planejando e promovendo o saneamento básico dos moradores, bem como o abastecimento de água, e diversos cursos técnicos.

De acordo com os documentos que acompanham a presente solicitação, a entidade está apta a ser reconhecida de Utilidade Pública.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres deputados para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 49/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Comunidade dos Cinco Conjuntos, com sede e foro no município de Mandaguari.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

**JUSTIFICATIVA:**

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação da Comunidade dos Cinco Conjuntos, com sede e foro no município de Mandaguari. A entidade se destina à execução de programas de integração dos moradores, desenvolvendo deste modo um espírito de solidariedade entre eles. Entre as metas da

entidade se encontra a promoção de atividades que tenham como objetivos a otimização dos padrões de renda, saúde, educação, recreação e esportes dos moradores, tais como: escolinha de futebol, natação, atividades poliesportivas, atividades artesanais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 494/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica criado o Fundo de Segurança Pública Local.

Parágrafo Único - Este Fundo terá sede nas respectivas comarcas.

Art. 2º - O Fundo de Segurança Pública Local, será administrado através de um Conselho composto por:

I - um representante da respectiva comarca;

II - um representante da Câmara de Vereadores da respectiva comarca;

III - um representante da Polícia Civil;

IV - um representante da Polícia Militar;

V - um representante da Polícia Federal;

VI - um representante da Associação Comercial;

VII - um representante da Ordem dos Pastores;

VIII - um representante da Mitra Arquidiocesana.

Art. 3º - Todas as taxas e arrecadações feitas pelos Serviços de Segurança Público deverão ser enviados a este Fundo de Segurança Pública Local.

Art. 4º - As contas do Fundo deverão ser encaminhadas e controladas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei tem por objetivo corrigir um problema que tanto afeta a Segurança Pública do Estado do Paraná. Ao centralizar todas as taxas e arrecadações nesse Fundo, ocorrerá um maior aproveitamento de todos esses recursos, evitando assim algum desperdício ou alguma falta destes para todos aqueles que trabalham na Segurança Pública do Estado do Paraná.

Esse Fundo irá beneficiar de modo direto toda a população local, além de dar a essas pessoas garantias de que não irá faltar material para os policiais que os protegem e estes trabalharão de modo mais confiantes.

O Fundo estimulará ainda mais o trabalho desses excelentes profissionais pois eles terão, sempre que preci-

sarem os recursos desse Fundo à medida que necessitam.

Para evitar desperdício ou qualquer outra forma desvantajosa de usar os recursos disponíveis, as contas do Fundo serão encaminhadas e controladas pelo Tribunal de Contas do Estado, deste modo promovendo um melhor uso dos recursos.

São estas as razões do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 495/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído a integração do transporte coletivo entre as cidades de Maringá, Sarandi e Paçandu.

Art. 2º - A integração será administrada por um Conselho composto por:

- I - um representante da Prefeitura de Maringá;
- II - um representante da Prefeitura de Sarandi;
- III - um representante da Prefeitura de Paçandu;
- IV - um representante do DER local.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa acabar com um problema que tanto afeta a população de Maringá, Sarandi e Paçandu, que é a questão do transporte coletivo naquela região. Objetivando acabar com o problema é que foi analisada a idéia de uma integração.

Geográfica e urbanisticamente as cidades são interligadas, fato que proporciona uma imensa troca de trabalhadores entre elas. Diante disso é que resolvemos facilitar a vida desses trabalhadores pois, sofrem muitos transtornos tendo que se mover de uma empresa de transporte para outra.

Através da administração feita pelo Conselho que irá ser criado, os trabalhadores serão em muito beneficiados, pois através de uma integração no transporte, o tempo de locomoção entre uma cidade e outra será diminuído e, muitas outras melhorias.

São estas as razões do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 496/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Governo do Estado do Paraná a instituir o "Dia da Cidadania".

Parágrafo Único - O governo do Estado com recursos de órgãos competentes, patrocinará documentos aos paranaenses carentes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo acabar com uma injustiça que afeta alguns paranaenses. Instituído o "Dia da Cidadania" teremos como meta patrocinar documentos aos paranaenses carentes.

É de conhecimento de todos que temos milhares de irmãos paranaenses, que vivem abaixo da linha da miséria e não conseguem ter o mínimo necessário para exercerem sua cidadania. Assim sendo, decidimos tomar a iniciativa de criar este dia para o Governo e todos nós ajudarmos esses paranaenses que tanto sofrem a exercerem, como qualquer outra pessoa seus direitos.

O "Dia da Cidadania" será um grande passo para a integração de pessoas excluídas da sociedade com o restante da população.

São estas as razões do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 497/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Defesa e Promoção da Família e da Condição Feminina - Sociedade, com sede e foro no município de Cianorte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) RICARDO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente de Defesa e Promoção da Família e da Condição Feminina - Sociedade, com sede e foro no município de Cianorte.

A Sociedade em questão, vem realizando trabalhos inerentes à sua criação deste 07 de dezembro de 2000. Tem por objetivo apoiar as famílias, com serviços de assistência social, primando pelo resgate social e promoção da condição feminina. Promove também debates e palestras em programas de TV, Rádio e Jornal, além do monitoramento e coleta de dados, sobre o índice de violência doméstica. Fazem visitas domiciliares e atendimento nos casos em que mulheres e crianças são vítimas de violência sexual, negligência e violência psicológica, conforme procura.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Daí as razões deste projeto.



PROJETO DE LEI Nº 498/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a ceder em caráter gratuito à Fundação Cultural Xingu, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, dependências do Colégio Estadual Antonio Lacerda Braga, localizado no município de Goioerê-PR, até que a sede da referida instituição seja construída.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa ceder em caráter gratuito à Fundação Cultural Xingu as cessões por 60 (sessenta) meses de dependências do Colégio Estadual Antonio Lacerda Braga, para instalação da Faculdade Dom Bosco, mantida pela referida Fundação, e que irá funcionar com 02 (dois) cursos: Administração de Empresas e Pedagogia. Tal solicitação se faz necessária, pois a referida Fundação não tem local adequado para funcionamento.

Por esta razão é que conclamamos aos nobres pares desta augusta Casa de Leis para que dêem o seu aval ao pleito.

PROJETO DE LEI Nº 499/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro nesta cidade de Curitiba, é merecedora do título de entidade de Utilidade Pública por congregar, há mais de 14 anos, moradores e amigos do bairro.

Fundada em 03 de setembro de 1988, a Associação tem como objetivos a reivindicação de melhorias e benefícios para a comunidade junto à Prefeitura Municipal, Governos Estadual e Federal e demais órgãos, organizar moradores e amigos na defesa de seus interesses, promover atividades de confraternização de caráter recreativo, literário, artístico, cultural, social e político.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 500/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa da Solidariedade Rafaela, com sede e foro no município de Guaratuba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Casa da Solidariedade Rafaela, localizada no município de Guaratuba, desenvolve atividades de cunho assistencial que, com o auxílio da comunidade, tem levado auxílio a muitas famílias e pessoas carentes.

Fornecimento de cestas básicas, festas para as crianças, dia das mães e dos pais, campanhas do agasalho, são algumas das atividades ali realizadas, sempre voltadas a ajudar aos necessitados.

A exemplo dessas tantas atividades, todas as semanas, na Casa da Solidariedade Rafaela, é servido um sopão para pessoas carentes da região, que geralmente não possuem emprego fixo e que atinge semanalmente o número de 900 pessoas.

Por ser entidade assistencial que vem desenvolvendo um importante trabalho junto aos carentes de Guaratuba, sem fins lucrativos, estamos solicitando que seja declarada sua Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 501/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários da Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro, com sede e foro em Curitiba / PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais, Professores e Funcionários da Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro, a exemplo de sua congêneres, vem desenvolvendo um importante trabalho junto à comunidade inserida no referido estabelecimento de ensino.

Localizada no Tatuquara (Curitiba/PR) a APPF tem realizado diversas atividades com alunos, pais e funcionários, sempre com a participação da comunidade local, como se pode observar pelo relatório de atividades em anexo.

Por ser entidade de representação de pais, professores e funcionários, sem fins lucrativos, estamos solicitando que seja declarada sua Utilidade Pública.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, V. Exa. e todos os demais sabem da ligação que temos com a Empresa Paranaense de Extensão Rural, a Emater.

Estou ouvindo que chegou uma mensagem que modifica profundamente a relação dessa empresa com o Governo do Estado. A preocupação que temos é que as propostas que estão aí, se colocadas, se aprovadas, terão que ter uma previsão, inclusive, se não me falha a memória, na própria Lei de Diretrizes Orçamentárias que vamos votar hoje.

Então, encareço a V. Exa. ...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Quero informar a V. Exa. que não vou colocar na pauta de votações, neste semestre, esta mensagem que recebemos hoje.

Vamos deixar para discutir isso em agosto.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, eu solicitaria ao nosso representante da Unale que fizesse uma saudação aos visitantes.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero, a exemplo do que fiz na tarde de ontem, quando fizemos a saudação ao deputado Sérgio Ramires, manifestar a alegria e o contentamento de estarmos recebendo uma delegação de parlamentares mexicanos, porque afinal de contas, esta tem sido uma luta permanente nossa de estabelecermos um intercâmbio parlamentar com outros países, não só da América Latina, mas também do Caribe, da América Central e da América do Norte.

Nesse intuito, nessa finalidade, através da União Nacional dos Legislativos Estaduais, da qual tivemos o privilégio de ser presidente, estamos procurando manter esse intercâmbio com os parlamentos regionais, tipo Parlamento Indígena, Parlamento Andino, Parlamento Centro-Americano, a NCSL Americana, Assembléia Nacional do Quebec, União Parlamentar do Mercosul, enfim, todas essas articulações que têm sido feitas pela União Nacional dos Legislativos Estaduais, com apoio sempre presente desta Assembléia Legislativa, que hoje se faz representar na União Nacional dos Legislativos Estaduais, pelo eminente deputado Cesar Seleme, que está à Mesa, que é o nosso 1º tesoureiro; pelo eminente José Maria Ferreira, que está aqui no Plenário, que é o nosso presidente do Conselho Fiscal; pelo eminente

deputado Ademir Bier, que é diretor da Região Sul do Brasil na União Nacional dos Legislativos.

Então, queremos saudar a todos pela presença, em nome não só da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mas em nome da União Nacional dos Legislativos do Brasil, e fiquem certos que nós, cada vez mais, estaremos trabalhando para que a Confederação das Américas, que congrega a todos os Parlamentos Unitários, Parlamentos Federados, Parlamentos Nacionais, Parlamentos Regionais, as entidades Inter-Parlamentares, para que nós possamos, através da Confederação Parlamentar das Américas, estreitar os laços de amizade, estreitar os laços de intercâmbio parlamentar, estreitar e aprimorar a troca de experiências, de um país com outro, de uma Assembléia com outra, de um Parlamento com outro.

Agradeço realmente em meu nome e de todos, a presença de vocês, e digo que para nós é uma satisfação, estarmos recebendo os nossos irmãos e irmãs parlamentares mexicanos, no momento em que a entidade maior dos Parlamentos das Três Américas, Copa- Confederação Parlamentar das Américas é presidida por uma Parlamentar mexicana, a senhora Laura Pavão, que é uma pessoa muito benquista por nós, brasileiros; tenho certeza que ela irá realmente implementar uma série de mecanismos em favor desse intercâmbio parlamentar.

Sejam bem-vindos! No mês de novembro, estamos com a senadora Laura, na cidade do México, para uma reunião do Comitê Executivo, do qual fazemos parte. Encarecemos a todos, como das outras vezes, em 70 e em 94, torçam para que o Brasil possa ser pentacampeão do Futebol Mundial.

Um abraço e felicidades a todos.

**(Aplausos)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 023/2002, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que transfere o orçamento da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, e da Companhia de Desenvolvimento do Paraná- Codapar, do Orçamento Fiscal e Próprio da Administração Indireta para o Orçamento de Investimento. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nºs de 05 (cinco) de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1831, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária. **Retirado pelo autor.**

Requerimento apresentado ontem, de acordo com o artigo 107, pelo deputado Durval Amaral, líder do Governo, e apoiado por mais seis líderes partidários.

Solicito a leitura pelo 1º secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edno Guimarães)

(**Procede à leitura do requerimento para transformação em Comissão Geral de Plenário as Sessões Plenárias de 27 a 30.06.2002.**)

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Eu não me lembro, mas se não me engano, o Projeto de Resolução de minha autoria, nº 028/2001, não está nessa relação.

Pergunto a V. Exa. se apresento um requerimento para que ele conste ou...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Já está incluso.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o Requerimento nº 1828, de autoria do deputado Durval Amaral, com apoioimento dos deputados Carlos Simões, Tony Garcia, Ademar Traiano, Luiz Carlos Martins e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a diminuição de interstício e transformação do Plenário em Comissão Geral nas Sessões Plenárias de 27 a 30 de junho. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Registro o novo voto contrário da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado o voto contrário do PDT e PMDB.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Bancada do PT Também, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado!

Requerimento nº 1829, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2002, item 17 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, **Aprovado.**

Requerimento nº 1835, de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Projeto de Resolução nº 028/2001, item 16, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Se conformidade com os requerimentos acima aprovados:

#### ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do projeto de Decreto Legislativo nº 001/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que aprova encaminhamento de proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Nacional na forma do artigo 60, III, da Constituição Federal de 1988. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 028/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que dispõe sobre a concessão de vale-refeição aos servidores e funcionários da Assembléia Legislativa. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA.

Como existe uma Emenda de Plenário e como está também, esse projeto dentro dos projetos que foram aprovados para se transformar em Comissão Geral, eu solicito ao deputado Marcos Isfer, que relate a emenda apresentada.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 28/2001

Emenda Modificativa ao artigo 2º do Projeto de Resolução nº 28/2001, que dispõe sobre a concessão de vale-refeição aos servidores e funcionários da Assembléia Legislativa, oferecida nos termos seguintes:

Art. 2º - O valor mensal do vale refeição atribuído a cada servidor ou funcionário será de 1/2 (meio) salário mínimo e concedido mediante requerimento escrito do

interessado, dirigido à 1ª (Primeira) Secretaria da Mesa da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Marcos Isfer, Valdir Rossoni e Augustinho Zucchi.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Modificativa ao artigo 2º, do Projeto de Resolução nº 28/2001, estabelece critérios destinados à melhor aplicação da proposição, dispondo que o benefício só será concedido aos interessados mediante requerimento por eles apresentado à 1ª Secretaria da Mesa da Assembléia Legislativa.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, para relatar a emenda aposta ao Projeto de Resolução nº 028/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri, a emenda do próprio autor, que estabelece o valor fixado do vale refeição e da mesma forma com que haja um requerimento do interessado dirigido à 1ª Secretaria.

Nosso parecer é favorável pela **aprovação da emenda**.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o parecer do deputado Marcos Isfer favorável à Emenda Modificativa.

Os deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão. **Aprovada**.

Em votação o projeto, ressalvado a emenda.

Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo**.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, pela ordem!

(**Assentimento**)

Queria cumprimentar a Mesa Executiva e ao autor do projeto, deputado Cezar Silvestri, por essa iniciativa que resgata aos funcionários da Casa, parte daquilo que realmente nós depurados estamos a dever.

E solicitaria à ilustre figura do nosso presidente Hermas Brandão, que tem se pautado juntamente com toda a Mesa Executiva, de devolver ao servidor do Poder Legislativo aquela condição mínima de sobrevivência, que quando viesse outro Plano de Cargos, Carreiras e Salários, fosse acoplado, junto, acredito que virá do Tribunal de Contas, aos nossos funcionários, que realmente, estão, além de defasados os seus vencimentos, com seu Plano de Carreira totalmente desajustados.

Temos advogados, engenheiros, funcionários categorizados que não estão sendo aproveitados.

E o bom-senso de V. Exa. que sempre pautou numa linha de restabelecer a dignidade do funcionário público do Poder Legislativo, acredito que medida como esta, terá a aprovação deste Plenário.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo a V. Exa.: nós temos um compromisso com os funcionários desta Casa.

E, com certeza, não vamos concluir a nossa gestão, sem criarmos o Plano de Cargos e Salários e estamos estudando inclusive, junto com o Tribunal de Contas essa possibilidade.

Em votação a Emenda.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada**.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 216/2002, de autoria do deputado Ademar Traiano e outros, que incentiva o recolhimento de impostos estaduais em atraso e dá outras providências. **Aprovado**.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 216/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os créditos tributários relativos ao ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - vencidos até 28 de fevereiro de 2002, ajuizados ou não, poderão ser pagos em parcela única ou em até 120 (cento e vinte) vezes, desde que o pagamento do imposto, monetariamente atualizado, seja efetuado integralmente até 30 de setembro de 2002, ou o requerimento para parcelamento seja protocolado até a data, concedendo-se a dispensa total da multa e seus acréscimos, e a dispensa dos juros nas seguintes proporções:

I - para pagamento integral, em única parcela, com dispensa integral dos juros;

II - para pagamento parcelado:

a - em até 12 parcelas, com dispensa de 80% (oitenta por cento) do valor dos juros;

b - de 13 a 24 parcelas com dispensa de 50% (cinquenta por cento) do valor dos juros;

c - de 25 a 50 parcelas, com dispensa de 30 (trinta por cento) do valor dos juros;

d - de 51 a 75 parcelas, com dispensa de 20% (vinte por cento) do valor dos juros;

e - de 76 a 100 parcelas, com dispensa de até 10% (dez por cento) do valor dos juros;

f - de 101 (cento e um) a 120 (cento e vinte) parcelas, sem dispensa de juros.

§ 1º - O valor das parcelas não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do faturamento médio mensal do estabelecimento do sujeito passivo, no exercício de 2001, nem a R\$100,00 (cem reais) devendo a primeira parcela ser paga até 30 de outubro de 2001 e as demais até o último dias dos meses subsequentes.

§ 2º - Para os efeitos desta lei, os juros de mora, vencidos e vincendos, serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração, não cumulativos.

§ 3º - Estando o crédito tributário ajuizado para cobrança executiva, deverá o pedido de parcelamento ser instruído com recibo do pagamento das custas judiciais, excluindo-se os honorários advocatícios de qualquer natureza.

§ 4º - O parcelamento será automático revogando nas hipóteses de ocorrer inadimplência de 6 (seis) parcelas consecutivas ou não, e importará exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

Art. 2º - O disposto no artigo anterior se aplica, no que couber, aos contribuintes que espontaneamente, até 30 de setembro de 2002, mediante requerimento, reconhecer infração relativa a fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 2002.

Art. 3º - Ficam cancelados os créditos tributários em que não haja exigência do imposto ou de sua atualização monetária.

Art. 4º - Esta lei aplica-se no que couber ao IPVA - Imposto sobre Veículos Automotores, multas e estadias e ao ITCMD - Imposto sobre Transmissão "Causa Moris" e Doação - vencidos até 31 de dezembro de 2001, desde que pagos em 6 (seis) parcelas.

Parágrafo Único - As multas de trânsito emitidas até 21 de dezembro de 2001 serão pagas em até 12 (doze) parcelas, nunca inferiores a R\$50,00 (cinquenta reais).

Art. 5º - Em se tratando de sociedades cooperativas enquadradas no RECOP - programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária, regulado pela MP 2168-40 de 24.08.2001, o número de parcelas previsto no artigo 1º será elevado em 20% (vinte por cento), dispensada a multa, correção monetária e juros, bem como, nas execuções fiscais, excluídas a cobrança de honorários advocatícios.

Art. 6º - O disposto nesta lei aplica-se inclusive aos créditos tributários objetos de anterior parcelamento.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

## ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Pinheirão - APRP, com sede no município de Araruna, comarca de Peabirú e foro na mesma

comarca. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

## ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 357/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Amigos e Mestres da Escola Dinâmica - Apamdi, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

**Aprovada a emenda.**

## ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/2002, de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Vila Idalina do município de São José dos Pinhais, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

**Aprovada a emenda.**

## ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que regulamenta a fiscalização, fabrico, comércio, transporte, depósito e uso de fogos de artifício no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP, CAIC E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 530/2001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Ricardo Chab, o projeto de lei em pauta regulamenta a fiscalização, fabrico, comércio, transporte, depósito e uso de fogos de artifício no Estado do Paraná.

O projeto de lei em pauta já recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, Comissão de Segurança Pública, Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio desta Casa de Leis.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a matéria, verificamos o elevado mérito da mesma que muito virá beneficiar a população, pois são elevados os números de acidentes ocorridos com fogos de artifício (especialmente nesta época do ano). Pelo exposto, somos de parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 26.06.2002.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

## ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/2002, que dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo, compreendendo extinção de Secretarias de Estado conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ E CF. SUBEMENDA DA CCJ ACOLHENDO EMENDAS 01 E 02 DE PLENÁRIO.

### SUBEMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 030/2002

Acrescentam-se os artigos 9º e 10 ao Projeto de Lei nº 030/2002, conforme redação a seguir, renumerando-se os artigos 9º e 10 do projeto original, como artigos 11 e 12 e subsequentemente os demais até o artigo 18 e, suprime da redação original do projeto, o inciso III do artigo 1º, o inciso V do artigo 6º e o inciso V do artigo 7º.

“Art. 9º - Aos ocupantes de cargos públicos com carreira definida pela Lei 11.864 de 31 de outubro de 1997, não se aplica o disposto no artigo 7º da Lei nº 11.070, de 23 de março de 1995”.

“Art. 10 - Fica instituído o Plano de Carreira dos Servidores Públicos, regidos pelas Leis Federais 5194, de 24 de dezembro de 1966 e 4076, de 23 de junho de 1962, com modificações posteriores, lotados na Secretaria dos Transportes e no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

§ 1º - Os atuais servidores ativos e inativos, portadores de diplomas de nível superior definidos neste artigo, serão enquadrados neste Plano de Carreira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo procederá ao enquadramento dos servidores definidos neste artigo, assim como, definirá a Tabela de Vencimentos do referido Plano de Carreira”.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoiamento:

Marcos Isfer.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 030/2002 EMENDAS DE PLENÁRIO

#### P A R E C E R :

Chamada esta Comissão a manifestar-se quanto às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 030/2002, decorrente da Mensagem 02/2002, encaminhada pelo governador do Estado para apreciação por este Poder Legislativo da Reforma Administrativa, que idealizou, foi procedida a análise das mesmas e conclui esta Comissão pelo acolhimento de ambas na forma da Subemenda que integra este parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Carlos Simões, Algaci Tulio, Marcos Isfer, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carriho, Orlando Pessuti, Ademar Traiano e José Maria Ferreira.

**Em votação.**

### O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, o item nº 06, do Projeto nº 030/2002, Mensagem nº 002/2002 trata de alterações na estrutura organizacional, ou seja, é a reforma administrativa.

Estivemos conversando com V. Exa. em diversas oportunidades, e com outros parlamentares, no sentido de que algumas emendas fossem apresentadas e pudessem ser acolhidas pelas Comissões e pelo Plenário.

Ainda há pouco, conversando com o deputado Durval, ele nos informou que ainda não tem como definitiva a liberação do Governo quanto a não extinção da Secretaria do Trabalho em relações de emprego e é intenção do deputado Durval que adiemos esse projeto para a Sessão Extraordinária, enquanto possamos fazer os ajustes definitivos quanto às emendas, porque tem, confesso a V. Exa. e V. Exa. esteve reunido conosco ainda há pouco, nós temos algumas dificuldades para organizar qual emenda votamos primeiro e qual emenda votamos depois.

Então, encareço a V. Exa. que transfira a discussão dessa matéria para a próxima Sessão Extraordinária, de forma que possamos nos entender com o deputado Durval Amaral, também, no sentido de que possamos não extinguir a Secretaria do Trabalho.

### O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Eu solicitaria que V. Exa. só mandasse um requerimento para a Mesa e nós vamos colocá-lo em votação.

Está em votação o Requerimento nº 1854, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 030/2002, para que o mesmo seja discutido na próxima Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

## ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Batista Aliança Eterna (Creche), com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

## ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Artística para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM

**SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 366/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Rede Paranaense de Metrologia e Ensaios-Paraná Metrologia, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Instituto Paranaense 28 de junho - Conscientização e Direitos Humanos (Inpar 28 de junho) com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 375/2002, de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Pastoral da Criança do município de Sarandi, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/2002, de autoria do deputado Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã El-Shadday-Aces, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Desportiva São José, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 14**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/2002, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública Associação de Recuperação do Alcoolatraz-ARA, com sede e foro no município de Formosa do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

**ITEM 15**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Ângelo Cretã de Educação

Ambiental, com sede e foro no município de Campo Largo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 18**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/2001, de autoria do deputado Sergio Spada, que autoriza o Governo do Estado a implantar o curso de Engenharia Mecânica, no campus da Unioeste de Foz do Iguaçu. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. **(Publ. no DA nº 113/2001, de 27.08.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 364/2001.

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Sérgio Spada, o projeto em questão autoriza o Poder Executivo a implantar o curso de Engenharia Mecânica no campus da Unioeste de Foz do Iguaçu.

Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, e sendo a mesma de caráter autorizatório, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 364/2001.

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Sérgio Spada, tem por escopo autorizar o Governo do Estado a implantar o curso de Engenharia Mecânica no campus da Unioeste de Foz do Iguaçu.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer do deputado Algaci Tulio, manifestou-se favoravelmente à aprovação do presente projeto sob a ótica da constitucionalidade e da legalidade.

Chamado à manifestação exclusivamente em relação ao mérito, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, entendemos que pelo fato do projeto aumentar a despesa pública sem que indique a fonte para tal, como dispõe a Lei de Responsabilidade, opinamos em diligenciar à Comissão de Orçamento para se indagar se há previsão orçamentária para se implantar o referido curso.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 364/2001.

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela para análise, de autoria do deputado Sérgio Spada, autoriza o Governo do Estado a

implantar o curso de Engenharia Mecânica no campus da Unioeste de Foz do Iguaçu.

No que diz respeito às atribuições regimentais desta Comissão, o projeto ora em estudo tem o mérito de ampliar a oferta de cursos nas instituições de ensino superior mantidas pelo Estado do Paraná.

Esta iniciativa, se levada a cabo pelo Poder Executivo, já que o presente projeto é autorizatório, sem dúvida nenhuma vai beneficiar muitos jovens que não encontram naquela cidade tal curso.

Diante do exposto, somos favoráveis à tramitação normal do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 17.04.2002.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do deputado Chico Noroeste, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 364/2001. **Retirado pelo autor.**

#### O SR. CHICO NOROESTE (Para Encaminhar)

Senhor presidente, esse projeto de autoria do deputado Sérgio Spada eu, só para ficar registrado na Casa, quero informar à Presidência e a todos os parlamentares aqui presentes de que em outubro de 2000 eu apresentei um projeto da mesma natureza, mesma matéria para a cidade de Foz do Iguaçu para o campus de Foz do Iguaçu tratando-se de curso de Engenharia Mecânica, cuja súmula do meu projeto autoriza o Poder Executivo criar e implantar o curso de Engenharia Mecânica no campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, em Foz do Iguaçu”.

Súmula do projeto do deputado Sérgio Spada, a mesma: “Autoriza o governo do Estado implantar o curso de Engenharia Mecânica no campus da Unioeste, em Foz do Iguaçu”.

Portanto, senhor presidente, esse projeto de minha autoria tramitou nesta Casa, aprovado por todas as Comissões competentes, aprovado por unanimidade por esta Casa de Leis. Esse projeto, senhor presidente, foi para a sanção do Executivo e foi vetado pelo senhor governador Jaime Lerner.

Portanto, senhor presidente, eu entendo que até que o veto do meu projeto não seja apreciado nesta Casa, eu entendo que não poderia tramitar outro projeto da mesma natureza, motivo pelo qual, senhor presidente, eu pediria a V. Exa., presidente Hermas Brandão, que fizesse a especial gentileza de colocar em apreciação o projeto de minha autoria, que se encontra nesta Casa de Leis, para que fosse apreciado por esta Casa de Leis, também, e, ao mesmo tempo, até que não seja apreciado o meu projeto, eu pediria a V. Exa. que colocasse para deliberação do Plenário, dos deputados, a retirada até que esse meu projeto fosse apreciado.

Eu acho que não se trata, inclusive, senhor presidente, eu gostaria de informar aos senhores deputados, à imprensa de um modo geral, que nós estamos apresentando nesta Casa de Leis um projeto que proíbe,

enquanto estiver tramitando, outro deputado apresentar projeto da mesma natureza, porque eu acho que o mais coerente é os deputados somarem forças e esforços no sentido de que o projeto e aquela reivindicação seja atendida.

Agora, eu apresento um projeto, determinado deputado, mesmo deputado, apresenta um projeto com a mesma matéria, para a mesma cidade, para o mesmo campus, eu acho incoerente.

Portanto, senhores deputados, eu estarei apresentando nas próximas Sessões, projeto em que não poderá outro deputado apresentar projeto da mesma natureza, porque acho incoerente, porque acho até mesmo anti-ético, senhor presidente. Não poderia, eu e o deputado Sérgio Spada, nós residimos na Cidade de Foz do Iguaçu, eu apresento um projeto tratando-se do curso de Engenharia Mecânica para Foz do Iguaçu, para a Unioeste, campus da mesma cidade, isso é no mínimo incoerência e falta de ética. Não se trata aqui de trabalhar contra a cidade de Foz do Iguaçu, mas pelo contrário, o meu projeto está aprovado, falta apenas apreciar o veto. Se caso o veto for mantido aqui pelo Plenário desta Casa, aí sim eu irei somar forças e esforços com o deputado Sérgio Spada, no sentido de que seja aprovado o dele, porque o que interessa para mim, deputado Sérgio Spada, é a população de Foz do Iguaçu, é a cidade de Foz do Iguaçu, é a Unioeste, a nossa Universidade do Oeste do Paraná.

Portanto, senhor presidente, o meu requerimento é para que este projeto saia de tramitação e de imediato V. Exa. possa colocar, fazendo a especial gentileza, o veto em apreciação do Plenário desta Casa, senhor presidente.

#### O SR. SÉRGIO SPADA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, o item 19 da pauta de hoje traz para a primeira discussão, portanto para analisar a constitucionalidade, a legalidade do Projeto de Lei nº 364/2001, de minha autoria, que visa autorizar, tão somente autorizar o governo do Estado a implantar o curso de Engenharia Mecânica na Unioeste, campus de Foz do Iguaçu.

O projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça, passou pela Comissão de Finanças, passou pela Comissão de Educação, tendo naturalmente parecer favorável em todas as Comissões. Está para ser votado em primeira discussão. Um projeto de extrema importância para a Unioeste, senhor presidente, senhores deputados, até porque a Unioeste tem estudos e já passou estas informações para a Secretaria de Ensino de que o impacto financeiro da implantação desse curso é praticamente nulo, até porque já temos o curso de engenharia elétrica e os professores serão praticamente os mesmos.

Há uma espécie de consenso junto ao Secretário Ramiro, com quem venho conversando ao longo do tempo, junto ao Palácio, secretário chefe da Casa Civil, e temos todas as condições de implantar rapidamente esse curso. É um curso que complementar os demais



cursos que tem a Unioeste, é um curso que vai ser um instrumento muito importante para impulsionar o crescimento inclusive da indústria nessa área, nesse setor naquela região, somando engenharia elétrica, engenharia mecânica, tecnologia de ponta. Inclusive já existe lá em Foz do Iguaçu um instituto chamado ITAI, Instituto Tecnológico de Informática e Automação, exatamente para, com esse curso, com profissionais saindo dessa área, curso de engenharia mecânica, implantarmos indústrias naquela região estratégica do Paraná e até mesmo do Brasil.

Senhor presidente, o que eu não posso assimilar é a argumentação do deputado Chico Noroeste. Eu conheço o Regimento Interno, estou no sexto mandato consecutivo e não existe um único dispositivo que dê exclusividade a determinados parlamentares para apresentar projetos de lei sobre uma instituição de ensino superior, sobre uma cidade, sobre uma região, não existe esta questão de exclusividade.

O deputado Chico apresentou um projeto lá atrás, tramitou nesta Casa, eu ajudei a aprovar o projeto do deputado Chico Noroeste, com o meu voto, esse projeto passado pela Casa foi vetado pelo governador do Estado, inclusive eu, apresentar este projeto, mais ou menos com o mesmo sentido, coletei 28 assinaturas dos senhores parlamentares nesta Casa e portanto o Plenário é soberano, me dá esta prerrogativa, passou pela CCJ, conforme o deputado Duílio falou, então estou amparado pelo Regimento Interno, pela Legislação Estadual, Federal, pela Constituição do Estado, Constituição Federal, estou apresentando este projeto e naturalmente quero vê-lo aprovado com apoio dos demais colegas pares, nesta Sessão, neste dia, aliás muito importante, que estamos indo para o final do período legislativo.

Então, muito embora as tentativas de obstrução, deputado Chico Noroeste, de forma pequena, de forma mesquinha, querendo exclusividade na criação de curso na nossa faculdade. Até propus a ele, por iniciativa de deputados como Divanir, deputado Elio Rusch, vamos fazer uma parceria, capitalizamos dois, todo mundo ganha, ganha a Unioeste, ganha a região, ganha o Paraná, mas este tipo de diálogo é muito difícil com o deputado Chico Noroeste.

Então, não cabe a mim senão ver este Plenário apreciando este projeto. Gostaria de ver o apoio de todos os colegas parlamentares e vê-lo aprovado em 1ª Discussão.

Na sequência tem espaço para a apresentação de emendas, demais discussões e aí veremos o que vai acontecer. Refuto e não aceito as insinuações que considero levianas. Também não levo em conta de que eu não estaria copiando do deputado Chico Noroeste. Tenho experiência, sou advogado, sexto mandato consecutivo, se eu não tivesse a capacidade de apresentar um projetinho de lei para autorizar a criação de um curso em uma faculdade, o que eu estaria fazendo aqui? Desconsidero as afirmações do deputado Chico Noroeste e peço aos colegas

parlamentares a aprovação deste meu projeto, em 1ª Discussão.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Senhor presidente, em que pese à denúncia do deputado Chico Noroeste, acusando o deputado Spada de plagiador, usurpado da sua idéia, acho que nós, aqui, da Assembléia, não podemos dar suporte a um ciúme político. Não temos nada que saber se a idéia é do Chico Noroeste ou do deputado Sérgio Spada. Nós, deputados, não podemos entrar nesta discussão. Temos que apreciar aqui aquilo que é importante, para a comunidade do Paraná, independentemente “do pai da criança”.

Por isso somos favoráveis a votar o projeto de lei em tela e desconsiderar o requerimento do deputado Chico Noroeste.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Senhor presidente, trata-se de um problema pontual na cidade de Foz do Iguaçu, mas apenas para o bom andamento do processo legislativo, entendo que há um projeto aprovado, desde o ano 2000, do deputado Chico Noroeste, aprovado pela Casa e que foi vetado pelo governador, cujo veto não veio para a apreciação neste plenário.

Em seguida, o deputado Sérgio Spada apresenta um projeto do mesmo teor, que está na Ordem do Dia. Não tenho nada a ver com o projeto e acho que ele é importante para a cidade. Preocupa-me o fato que há um veto de um projeto semelhante na Casa, que não foi apreciado e há um outro projeto simultaneamente correndo na Casa.

Apenas o esclarecimento para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta presidência decide a Questão de Ordem levantada pelo deputado Chico Noroeste.

**(Lê o artigo 127 do Regimento Interno)**

Na realidade é o seguinte: o projeto do deputado Sérgio Spada está somente assinado pelo deputado Sérgio Spada. Depois, há um requerimento para ser incluído na pauta, esse, sim, assinado por 28 parlamentares, pedindo a reinclusão. Esta presidência, de acordo com o Regimento Interno, entende que o projeto não pode ser votado se não for o projeto apresentado por 28 parlamentares, conforme o artigo 127 do Regimento.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Coletei 28 assinaturas no requerimento, como eu bem poderia ter coletado essas assinaturas no projeto de

lei. Aliás, o fiz atendendo a orientação de V. Exa., no dia em que esse projeto foi tirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Infelizmente, esta presidência orientou mal V. Exa.. Nós tomamos a posição e não vamos mudar.

É uma decisão de ordem já decidida.

**Está retirada da pauta.**

O SR. SÉRGIO SPADA

É lamentável, porque é uma questão pequena, mesquinha. O deputado Chico Noroeste está atrapalhando e atravancando a criação de um curso na nossa Unioeste de Foz do Iguaçu.

O deputado Chico Noroeste vai ser responsabilizado por esse tipo de atrapalho, de embargo, na criação desse curso na Unioeste, em Foz do Iguaçu.

Aliás, é típico do deputado Chico Noroeste.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou devolvendo o projeto para V. Exa.. E se V. Exa. conseguir assinar o apoio no seu projeto, de 28 parlamentares, nós o reincluiremos na pauta.

Devolvo ao deputado Sérgio Spada o projeto.

## ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/2002, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel à Amena - Associação Mantenedora do Ensino Alternativo, com sede nesta Capital, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/2002, de 09/04/2002)**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 195/2002

### P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, com origem na Mensagem nº 12/2002, autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel à Amena - Associação Mantenedora do Ensino Alternativo, com sede nesta Capital, entidade mantenedora do ensino alternativo, voltado para o atendimento psicopedagógico adequado a crianças e adolescentes que apresentam distúrbios emocionais e de aprendizagem.

Por atender os requisitos constitucionais e os de interesse público, esta Comissão é de parecer favorável à proposição.

Sala das Comissões, em 07.05.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

**ADEMAR TRAIANO** - Relator

## COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 195/2002 MENSAGEM Nº 12/2002

### P A R E C E R :

De autoria do Poder Executivo, o projeto de lei em questão objetiva efetuar cessão de uso do imóvel à Amena - Associação Mantenedora do Ensino Alternativo, com sede nesta Capital, entidade mantenedora do ensino alternativo, voltado para o atendimento psicopedagógico adequado a crianças e adolescentes que apresentam distúrbios emocionais e de aprendizagem.

Estudado pela Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos seus requisitos constitucionais nada encontrou, após esta, foi analisado pela Comissão de Obras que ressaltou a nobreza, os aspectos humanos e sociais, expressos nas finalidades do uso do imóvel a ser cedido e opinou favorável pois o objetivo da propositura por si só justifica plenamente a medida tomada pelo Governo.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares desta Comissão, emitindo parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.06.2002.

(aa) **EDSON STRAPASSON** - Presidente

**DUÍLIO GENARI** - Relator

## ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/2002, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2003. PARECER FAVORÁVEL DA CO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CO. **Aprovado o Substitutivo Geral da CO. (Publ. no DA nº 043/2002, de 16/02/2002)**

## PROJETO DE LEI Nº 221/2002 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam estabelecidas em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2003, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

V - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VI - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VII - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

VIII - disposições transitórias;

IX - demais disposições.

## **Capítulo I**

### **Das Prioridades da Administração Pública Estadual**

Art. 2º - As prioridades da Administração Pública Estadual deverão estar de acordo com aquelas especificadas no Plano Plurianual - 2000 a 2003, aprovado pela Lei Estadual nº 12.824, de 28 de dezembro de 1999 e definidas nos Orçamentos para o exercício financeiro de 2003.

§ 1º - Devem ter prioridade os programas e obras que já estejam iniciados e não deverá ser consignada dotação para investimento, com duração superior a um exercício financeiro, que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

§ 2º - Os programas em execução com financiamento externo devem ter prioridade na alocação dos recursos requeridos como contrapartida, merecendo destaque os que apoiem ações voltadas para o combate à pobreza, a geração de trabalho e renda, avanços na educação e na saúde, saneamento ambiental, atração de novos investimentos, agroindustrialização e desenvolvimento científico e tecnológico.

## **Capítulo II**

### **Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício**

Art. 3º - A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27/08/2001 do Ministério da Fazenda.

Art. 4º - As receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta para o exercício de 2003, estão estimadas no valor aproximado de R\$9.974.019.000,00 (nove bilhões, novecentos e setenta e quatro milhões e dezenove mil reais), a preços de 30 de junho de 2002.

Art. 5º - As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o seu valor, poderão ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGPI-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou de outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2002, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

## **Capítulo II**

### **Da Estrutura e Organização dos Orçamentos**

Art. 6º - Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Setor Público;

b) subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do Setor Público;

c) programa: instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado;

d) projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo;

e) atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo;

f) operações Especiais: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

g) modalidade de Aplicação: especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de subfunções, projetos, atividades e operações especiais, especificando valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade e operação especial estará vinculado a uma função e subfunção.

Art. 7º - A elaboração dos Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminará a despesas por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria de

programação, especificando os grupos de despesas, com suas respectivas dotações, indicando para cada categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.

Parágrafo Único - A fonte de recursos de que trata o *caput* deste artigo será apresentada no Projeto de Lei Orçamentária por grupo de fontes, ficando a execução orçamentária condicionada ao nível da introdução das informações no sistema. A apresentação das fontes, no Projeto de Lei Orçamentária será feito com o seguinte agrupamento:

Recursos Próprios do Tesouro - Código 01, compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 00 - Ordinário não Vinculado;
  - Fonte 05 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e outros;
  - Fonte 12 - Retorno dos Programas Prosam e Pedu;
  - Fonte 23 - Renda do Fundo Penitenciário;
  - Fonte 24 - Multas e Taxas de Saúde Pública - Funsaude;
  - Fonte 25 - Venda de Ações e/ou Devolução de Capital Subscrito;
  - Fonte 26 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;
  - Fonte 27 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária - FEAP;
  - Fonte 28 - Fundo de Reequipamento do Fisco - Funrefisco;
  - Fonte 29 - Taxas de Polícia - Funrespol;
  - Fonte 31 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/95;
  - Fonte 32 - Pesquisa Científica e Tecnológica;
  - Fonte 38 - Taxa Ambiental;
  - Fonte 39 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;
  - Fonte 41 - Retorno de Programas Especiais - FDU.
- Convênios do Tesouro - Código 09 - compreendendo as seguintes fontes:
- Fonte 07 - Convênios com Órgãos Federais;
  - Fonte 33 - Convênios com o Exterior.
- Operações de Crédito do Tesouro - Código 15, compreendendo as seguintes fontes:
- Fonte 14 - Operação de Crédito Interna Não Vinculada;
  - Fonte 20 - Operação de Crédito Interna Vinculada;
  - Fonte 21 - Operação de Crédito Externa Vinculada - BID V;
  - Fonte 30 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná 12 Meses/BIRD;
  - Fonte 34 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Prosam/BIRD;
  - Fonte 36 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Proem/BID;
  - Fonte 37 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná Urbano/BID;
  - Fonte 40 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Saneamento Ambiental - Paranasan/JBIC;

Fonte 42 - Outras Operações de Crédito Externas Vinculadas;

Fonte 44 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná Solidariedade.

Salário Educação - Código 16, compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 16 - Cota-Parte do Salário Educação - Cota Estadual.

Fundef - Código 45, compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 45 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Recursos de Outras Fontes - Código 95, compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 50 - Diretamente Arrecadados;
- Fonte 51 - Operação de Crédito Interna;
- Fonte 52 - Operação de Crédito Externa;
- Fonte 53 - Cota-Parte das Rendas das Loterias Estaduais;
- Fonte 54 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran;
- Fonte 55 - Transferências da União - SUS;
- Fonte 56 - Reposição Florestal - Serflor;
- Fonte 70 - Aumento de Capital Social;
- Fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 83 - Convênios com o Exterior;
- Fonte 84 - Outros Convênios;
- Fonte 92 - Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

Despesas Correntes

Pessoal e Encargos Sociais  
Juros e Encargos da Dívida  
Outras Despesas Correntes

Despesas de Capital

Investimentos  
Inversões Financeiras  
Amortização da Dívida

Art. 9º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá sua despesas totalizada por empresa, ficando seu programa de trabalho destacado por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2003 à Assembléia Legislativa.

Art. 11 - O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, Estado, região ou município e de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo o grupo de fontes dos recursos.

Art. 12 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto na legislação em vigor, será composto de:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da Lei;

III - anexo I contendo a legislação da receita de recolhimento centralizado e descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, segundo os grupos de fontes de recursos;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme determinação da Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

#### Capítulo IV

##### Das Diretrizes Orçamentárias para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 13 - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2003 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único - O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira,

visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 14 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas for superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º - Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros, a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 15 - A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, após excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- Poder Legislativo.....5,0%
- Poder Judiciário.....8,5%
- Ministério Público.....3,3%

Art. 16 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 10 de setembro de 2002, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 17 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 18 - As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30 de junho de 2002.

Art. 19 - A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na receita centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da

Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Sefa.

Art. 20 - A receita proveniente da Quota Estadual do Salário Educação, de acordo com a Lei Estadual nº 13.116, de 08 de março de 2001, terá uma parcela destinada aos municípios, proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental. Esta parcela destinada aos municípios será programada na despesa do orçamento da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 21 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal e do Art. 135, § 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos ações de durações continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades despesas caracterizadas como operações especiais.

Art. 22 - As receitas dos Órgãos e Entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único - Incluem-se nas receitas citadas no caput deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista Dependentes.

Art. 23 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 24 - O orçamento Fiscal conterá projeto/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do

Estado e apresentarão apenas o seu Orçamento de Investimento.

Ar. 25 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes compreenderá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 26 - A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

Parágrafo Único - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

Art. 27 - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no projeto de lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no caput deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura e créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até o dia 20 de julho de 2002, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2002, a serem incluídos no orçamento de 2003, especificando:

- . número da ação originária;
- . número do precatório;
- . tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- . enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- . data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- . nome do beneficiário;
- . valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2002, conforme Art. 98, § 3º da Constituição do Estado do Paraná);
- . cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 28 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2003 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - a transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos os Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no art. 15 desta lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o Art. 205 da Constituição Estadual e com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que institui o Fundo Paraná;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o Art. 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, correspondendo para 2003 a 10,75% das receitas especificadas;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitais, conforme legislação em vigor;

X - ao pagamento de sentenças judiciais;

XI - a reserva de contingência, de acordo com o especificado no Art. 34 desta lei.

Art. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de modificação na estrutura administrativa do Poder Executivo, consoante projeto de lei que se encontra em análise na Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 30 - Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º - A execução orçamentária de despesas provenientes de acordo, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 31 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária.

Art. 32 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo segundo dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 33 - O Saldo Financeiro verificado em 31.12.2003, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31.01.2004.

Art. 34 - A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

## **Capítulo V**

### **Das Disposições sobre as alterações na Legislação Tributária**

Art. 35 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2002, em especial:

I - as modificações na legislação Tributária decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Parágrafo Único - Para fins deste artigo, dever-se-á observar o disposto no artigo 14, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

## **Capítulo VI**

### **Das disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida**

Art. 36 - No exercício financeiro de 2003, as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º - Os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do poder Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º - A repartição dos limites globais, de acordo com o Art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das Receitas Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º - As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, dos Poderes e do Ministério Público, deverão enquadrar-se também no disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 4º - O Estado poderá conceder reposição salarial desde que respeitados os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no item I, Parágrafo Único, do Art. 22 da referida lei.

Art. 37 - O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

### **Capítulo VII**

Das disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito

Art. 38 - O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 39 - As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2003, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

### **Capítulo VIII**

Disposições Transitórias

Art. 40 - O Projeto de Lei Orçamentária anual para o exercício de 2003, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

### **Capítulo IX**

Demais Disposições

Art. 41 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão se elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 42 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa, por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no Art. 5º desta lei.

Art. 43 - Integram a presente lei, de acordo com o disposto no Artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 44 - Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 45 - Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 46 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.2002

(a) PODER EXECUTIVO

### **ANEXO I**

Metas Fiscais

*1 - Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior*

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, firmado em 30 de outubro de 1998 entre o Governo do Paraná e a União, e revisto em outubro de 2001, continua sendo a referência principal para o processo de equilíbrio das contas públicas estaduais, quando da elaboração da proposta do orçamento geral do Estado para 2003.

O Programa de Ajuste Fiscal foi repactuação para o período 2001-2003, ocasião na qual ficou formalmente constatado o cumprimento das metas fiscais relativas ao exercício de 2000, pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Encontra-se em Análise na Assembléia Legislativa o Projeto de Lei da Reforma Administrativa do



Estado, que propõe a redução da estrutura administrativa estadual, e conseqüentemente procura a redução de despesas. Fica entretanto assumido como regra geral, o compromisso de se evitarem reajustes gerais de salários do funcionalismo e a instituição de novos benefícios, com exceção dos que se fizerem necessários para recompor os salários das carreiras de base, nas áreas prioritárias da atuação do Estado.

As receitas de ICMS foram projetadas para o período de 2003 a 2005 levando-se em consideração um crescimento anual de 55,5% da variação do PIB, uma inflação anual de 3%, além do obtido como esforço fiscal.

## *2 - Renúncias Fiscais*

A renúncia fiscal, tal como definida na Lei Complementar nº 24/75 e no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, assim como a criação ou a elevação de despesa obrigatória de caráter continuado, de que trata o artigo 17 da referida Lei Complementar nº 101, não ocorrerão no exercício de 2003, motivo pelo qual se deixa de indicar fontes adicionais de aumento de receitas para aquelas finalidades, tais como, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Assinalamos que a atração de indústrias estratégicas para o desenvolvimento do nosso Estado não envolve a renúncia de qualquer parcela da arrecadação preexistente, que pudesse gerar hiato de recursos e exigir cortes de outras despesas ou elevação de outras receitas. Ao contrário, busca ampliar a base tributária futura, através de crescimento mais acelerado do valor agregado na atividade industrial, gerando impostos cuja cobrança não sofre qualquer perda ou redução, que seriam as hipóteses caracterizadoras de renúncia fiscal prevista na Lei Complementar nº 24/75.

Por outro lado, o parcelamento da cobrança de receitas tributárias, por concessão de moratória prevista nos artigos 152 a 155 - A do Código Tributário Nacional (Lei 5.172, de 25.10.66), ou a sua eventual canalização, nos termos da Lei Estadual nº 9.895, de 08.01.92, por via orçamentária, para o apoio a programas de industrialização, não só atende ao requisito de prévia geração de receita fiscal para suporte das ações do fomento, como também - pela natureza dessas aplicações - não estarão

elas catalogadas como elevação de despesas de caráter continuado.

Nessa linha de raciocínio e em harmonia com a própria orientação da política de reestruturação e de ajuste fiscal adotada em todo o país com o apoio do governo federal, ganha particular relevo a atuação da Agência de Fomento do Paraná S.A.

## *3 - Evolução do Patrimônio Líquido*

No período compreendido entre os exercícios de 2000 e 2001, foram, alienados ativos do Estado no valor de R\$3.296.688.061,43 (três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, sessenta e um reais e quarenta e três centavos), destacando-se a venda do Banestado, com o montante de R\$1.613.452.366,73 (um bilhão, seiscentos e treze milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta e três centavos), o qual foi utilizado na amortização da dívida proveniente do saneamento daquele Banco; a antecipação dos Royalties junto à União, no valor de R\$1.679.356.521,68 (um bilhão, seiscentos e setenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos), que resultou na capitalização da Parana Previdência com títulos públicos federais, cujos rendimentos já estão sendo apropriados; e R\$3.879.173,02 (três milhões, oitocentos e setenta e nove mil, cento e setenta e três reais e dois centavos) de devolução de capital subscrito na Ferroeste e Banestado, os quais foram utilizados em atendimento a programas constantes da Lei Orçamentária do Estado.

Segundo o balanço relativo a 2001, o patrimônio da Parana Previdência é de R\$2,2 bilhões, o que representa um crescimento de cerca de R\$500 milhões em relação ao valor patrimonial registrado em dezembro de 2000.

Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como o Ministério Público, na busca de estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado, deverão dar continuidade a implantação de sistema de registro, avaliação, atualização e controle do Ativo Permanente.

## *4 - Metas Fiscais*

(Artigo 4º parágrafo 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000)

### DEMOSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Resultado Primário representa a diferença entre as receitas fiscais e as despesas fiscais, o resultado primário é

o valor não financeiro, representado pela diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

## RECURSOS GLOBAIS (TESOURO+RECURSOS PRÓPRIOS) - VALORES CORRENTES

Em R\$1000

Especificação	2000		2001		2002		2003		2004		2005	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I - Receita Fiscais	8.117.712	11,91%	8.466.984	10,86%	8.579.460	10,18%	8.988.960	9,81%	9.646.981	9,69%	10.252.897	9,48%
II - Despesas Fiscais	7.197.453	10,56%	7.879.050	10,11%	8.496.369	10,08%	8.838.781	9,65%	9.194.098	9,23%	9.723.081	8,99%
III - Resultado Primário (I-II)	920.259	1,35%	587.934	0,75%	3.091	0,10%	150.179	0,16%	452.883	0,45%	529.816	0,49%

## RECURSOS GLOBAIS (TESOURO+RECURSOS PRÓPRIOS) - VALORES CORRENTES A PREÇOS DE 2002

Em R\$1000

Especificação	2000		2001		2002		2003		2004		2005	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I - Receita Fiscais	9.650.413	11,91%	9.120.635	10,86%	8.579.460	10,18%	8.547.076	9,81%	8.837.798	9,69%	9.130.835	9,48%
II - Despesas Fiscais	8.556.400	10,56%	8.487.313	10,11%	8.496.369	10,08%	8.404.280	9,65%	8.422.902	9,23%	8.659.001	8,99%
III - Resultado Primário (I-II)	1.094.013	1,35%	633.323	0,75%	83.091	0,10%	142.796	0,16%	414.895	0,45%	471.834	0,49%

## Metas Fiscais

(Artigo 4º parágrafo 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000)

## DEMOSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada no final do

exercício e o saldo da dívida fiscal líquida do final do exercício anterior.

ESPEFICICAÇÃO	SALDO EM 31 DE DEZEMBRO (VALORES EM R\$1000)					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
I - Dívida Consolidada	7.980.793	8.881.887	9.004.362	9.078.075	9.031.284	8.890.310
(-) Disponibilidade de Caixa	261.606	479.033	531.495	534.480	543.291	554.630
(-) Aplicações Financeiras	107.207	121.095	134.357	141.303	146.658	150.868
(-) Demais Ativos Financeiros	7.473	7.125	7.905	8.314	8.629	8.877
II - Dívida Consolidada Líquida	7.604.507	8.274.634	8.330.605	8.393.977	8.332.706	8.175.936
III - Receitas de Privatizações	1.613.452	0	0	0	0	0
IV - Dívida Fiscal Líquida (II+III)	9.217.959	8.274.634	8.330.605	8.393.977	8.332.706	8.175.936
Resultado Nominal	1.208.836	-943.325	55.971	63.372	-61.271	-156.770

O Estoque da Dívida Consolidada foi corrigido pela estimativa da variação do IGP-DI, no período.

## ANEXO II

### Riscos Fiscais

Com respeito a este título, revela aqui destacar que a presente lei contempla entre suas Receitas Correntes, para o exercício de 2003, sob o título de Transferências Correntes, o valor de R\$214.000.000,00 (duzentos e quatorze milhões de reais), correspondente ao Fundo Orçamentário Federal instituído pela Lei Complementar nº

102/2000, em substituição à Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir, assim como, no título Receitas Tributárias, a receita total estimada do ICMS inclui a previsão de arrecadação desse imposto incidente sobre energia elétrica, telecomunicações e mercadorias de uso e consumo conforme estabelecido nessa Lei Complementar.

Ocorre que a referida Lei Complementar nº 102/2000, editada em consenso com Estados e Distrito Federal, com base no pressuposto da certeza de que até este ano de 2002 se efetivaria concretamente a reforma tributária nacional, fixou como termo limite para o mencionado Fundo Orçamentário e igualmente para as restri-

ções do uso dos créditos do ICMS da energia elétrica, telecomunicações e materiais de uso e consumo, a data de 31.12.2002.

Todavia, gestões presentes dos Secretários de Estados de Fazenda ou Finanças das unidades federadas perante as autoridades competentes do Governo Federal já se encontram em andamento, visando à continuidade das regras da Lei Complementar nº 102/2000, até que o seu fundamento consensual - a reforma tributária - se concretize e estabeleça novas bases de arrecadação e de equilíbrio fiscal entre os entes da federação.

É certo que, face à representatividade dessas receitas para grande número dos estados e a persistência ainda do já mencionado fundamento maior da Lei Complementar nº 102/2000 - a ausência de reforma tributária - aliada aos compromissos internacionais do País de gerar resultados primários positivos, para fazer frente ao grande endividamento federativo, os entendimentos em curso com a União conduzirão, neste ano, à continuidade do regime de receitas previstas na forma estabelecida por Lei Complementar, que assegurarão a manutenção das receitas aqui comentadas.

Necessária, porém se faz essa referência nesta lei, com vistas à eventualidade no futuro, se promover ajustes de valores na hipótese, ainda que improvável, de se frustrar a continuidade das regras da Lei Complementar nº 102/2000 a partir do exercício de 2003, o que inevitavelmente se refletia negativamente nos resultados primários previstos, na mesma intensidade das receitas excluídas, ante a dificuldade de se reduzir as despesas fixadas, aquém dos seus valores.

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 221/2002

#### P A R E C E R :

Trata-se do Projeto de Lei nº 221/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 14/2002 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2003.

À LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2003, foram apresentadas um total de 17 (dezessete) emendas, das quais foram acolhidas 8 (oito) e não acatadas 9 (nove) emendas.

As emendas acatadas, o foram face à sua absoluta compatibilidade com as disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, além de reforçarem as prerrogativas do Poder Legislativo quanto à fiscalização orçamentária.

Procurou-se incorporar ao texto todas aquelas emendas que total ou parcialmente, retratavam com fidelidade e valorizam a função fiscalizadora desta Casa de Leis.

Quanto às Emendas que não foram acatadas, a rejeição se deu face a motivos como: a incompatibilidade com a estrutura da norma à Lei Plurianual, inoportunidade da proposta - já que em muitos dos casos o

momento tecnicamente adequado para proceder as alterações nelas indicados será quando da apreciação, por este Poder, da Lei Orçamentária, ou ainda por infringirem dispositivos da Constituição Estadual, Portaria Interministerial nº 163/2001, bem como da Lei nº 4.320/86, que versa sobre matéria orçamentária.

Desta maneira, o Substitutivo apresentado vem em consonância com as Constituições Federal e Estadual e já adaptada à "Lei de Responsabilidade Fiscal", dando continuidade ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, e seqüência à política das contas públicas no Paraná.

Observadas tais premissas e diante da observância, pela LDO, das disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária, somo de parecer favorável à sua aprovação, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

#### SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO AO PROJETO DE LEI Nº 221/2002

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2003, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

V - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VI - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VII - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

VIII - disposições transitórias;

IX - demais disposições.

#### Capítulo I

##### Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º - As prioridades da Administração Pública Estadual deverão estar de acordo com aquelas especificadas no Plano Plurianual - 2000 a 2003, aprovado pela Lei Estadual nº 12.824, de 28 de dezembro de 1999 e definidas nos Orçamentos para o exercício financeiro de 2003.

§ 1º - Devem ter prioridade os programas e obras que já estejam iniciados e não deverá ser consignada dotação para investimento, com duração superior a um exercício financeiro, que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

§ 2º - Os programas em execução com financiamento externo devem ter prioridade na alocação dos recursos requeridos como contrapartida, merecendo destaque os que apóiem ações voltadas para o combate à pobreza, a geração de trabalho e renda, avanços na educação e na saúde, saneamento ambiental, atração de novos investimentos, agroindustrialização e desenvolvimento científico e tecnológico.

## Capítulo II

### Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício

Art. 3º - A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27/08/2001 do Ministério da Fazenda.

Art. 4º - As receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta para o exercício de 2003, estão estimadas no valor aproximado de R\$9.974.019.000,00 (nove bilhões, novecentos e setenta e quatro milhões e dezenove mil reais), a preços de 30 de junho de 2002.

Art. 5º - As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o seu valor, poderão ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGPI-DI, da Fundação Getúlio Vargas, ou de outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2002, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

## Capítulo II

### Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 6º - Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Setor Público;

b) subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do Setor Público;

c) programa: instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado;

d) projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo;

e) atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo;

f) operações especiais: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

g) modalidade de aplicação: especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de subfunções, projetos, atividades e operações especiais, especificando valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade e operação especial estará vinculado a uma função e subfunção.

Art. 7º - A elaboração dos Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminará a despesas por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesas, com suas respectivas dotações, indicando para cada categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.

Parágrafo Único - A fonte de recursos de que trata o *caput* deste artigo será apresentada no Projeto de Lei Orçamentária por grupo de fontes, ficando a execução orçamentária condicionada ao nível da introdução das informações no sistema. A apresentação das fontes, no Projeto de Lei Orçamentária será feito com o seguinte agrupamento:

Recursos Próprios do Tesouro - Código 01, compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 00 - Ordinário não Vinculado;

Fonte 05 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e outros;

Fonte 12 - Retorno dos Programas Prosam e Pedu;

Fonte 23 - Renda do Fundo Penitenciário;

Fonte 24 - Multas e Taxas de Saúde Pública - Fun-saúde;

Fonte 25 - Venda de Ações e/ou Devolução de Capital Subscrito;

Fonte 26 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;

Fonte 27 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária - FEAP;

Fonte 28 - Fundo de Reequipamento do Fisco - Funrefisco;

Fonte 29 - Taxas de Polícia - Funrespol;

Fonte 31 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/95;

Fonte 32 - Pesquisa Científica e Tecnológica;

Fonte 38 - Taxa Ambiental;

Fonte 39 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;

Fonte 41 - Retorno de Programas Especiais - FDU.  
Convênios do Tesouro - Código 09 - compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 07 - Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 33 - Convênios com o Exterior.

Operações de Crédito do Tesouro - Código 15, compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 14 - Operação de Crédito Interna Não Vinculada;

Fonte 20 - Operação de Crédito Interna Vinculada;

Fonte 21 - Operação de Crédito Externa Vinculada - BID V;

Fonte 30 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná 12 Meses/BIRD;

Fonte 34 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Prosam/BIRD;

Fonte 36 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Proem/BID;

Fonte 37 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná Urbano/BID;

Fonte 40 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Saneamento Ambiental - Paranasan/JBIC;

Fonte 42 - Outras Operações de Crédito Externas Vinculadas;

Fonte 44 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Paraná Solidariedade.

Salário Educação - Código 16, compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 16 - Cota-Parte do Salário Educação - Cota Estadual.

Fundef - Código 45, compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 45 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Recursos de Outras Fontes - Código 95, compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 50 - Diretamente Arrecadados;

Fonte 51 - Operação de Crédito Interna;

Fonte 52 - Operação de Crédito Externa;

Fonte 53 - Cota-Parte das Rendas das Loterias Estaduais;

Fonte 54 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran;

Fonte 55 - Transferências da União - SUS;

Fonte 56 - Reposição Florestal - Serflor;

Fonte 70 - Aumento de Capital Social;

Fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 83 - Convênios com o Exterior;

Fonte 84 - Outros Convênios;

Fonte 92 - Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

Despesas Correntes

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida

Outras Despesas Correntes

Despesas de Capital

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

Art. 9º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá sua despesas totalizada por empresa, ficando seu programa de trabalho destacado por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2003 à Assembléia Legislativa.

Art. 11 - O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, Estado, região ou município e de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo o grupo de fontes dos recursos.

Parágrafo Único - As obras previstas no *caput* deste artigo deverão estar identificadas da seguinte forma: Nova (N), em Andamento (A), ou Paralisada (P).

Art. 12 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto na legislação em vigor, será composto de:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da Lei;

III - anexo I contendo a legislação da receita de recolhimento centralizado e descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, segundo os grupos de fontes de recursos;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme determinação da Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

#### Capítulo IV

##### Das Diretrizes Orçamentárias para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 13 - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2003 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma das etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º - O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º - Para efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o *caput* deste artigo, o Poder Executivo deverá manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, contendo dados e informações descritas no artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como, mensalmente a arrecadação total do mês anterior do ICMS, incluindo a parcela dos municípios.

Art. 14 - Todas as despesas com publicidade e propagand deverão ser destacadas na classificação funcional de cada órgão, obedecido o disposto da Portaria 163 de 04 de maio de 2001.

Art. 15 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá em sua exposição justificativa, demonstrativo dos gastos com pessoal e encargos sociais, por poder e total, executado nos últimos três anos, a execução provável para 2002 e estimativa para 2003, com indicação da representatividade percentual em relação à Receita Corrente Líquida, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes de contratos de terceirização de mão-de-obra que se refere à substituição de servidores e empregados deverão constar como "Outras Despesas de Pessoal", obedecendo o que dispõe o artigo 72 da Lei Complementar Federal nº 101/2000".

Art. 16 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas for superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º - Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros, a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 17 - A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, após excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- Poder Legislativo até.....5,0%
- Poder Judiciário até.....8,5%
- Ministério Público até.....3,6%

Parágrafo Único - Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de até 1,90%.

Art. 18 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 10 de setembro de 2002, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 19 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 20 - As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30 de junho de 2002.

Art. 21 - A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na receita centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Sefa.

Art. 22 - A receita proveniente da Quota Estadual do Salário Educação, de acordo com a Lei Estadual nº 13.116, de 08 de março de 2001, terá uma parcela destinada aos municípios, proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental. Esta parcela destinada aos municípios será programada na despesa do orçamento da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 23 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal e do Art. 135, § 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos ações de durações continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades despesas caracterizadas como operações especiais.

Art. 24 - As receitas dos Órgãos e Entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único - Incluem-se nas receitas citadas no caput deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista Dependentes.

Art. 25 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 26 - O Orçamento Fiscal conterá projeto/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado e apresentarão apenas o seu Orçamento de Investimento.

Art. 27 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes compreenderá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 28 - A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

Parágrafo Único - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

Art. 29 - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no projeto de lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no caput deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura e créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até o dia 20 de julho de 2002, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2002, a serem incluídos no orçamento de 2003, especificando:

- . número da ação originária;
- . número do precatório;
- . tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- . enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- . data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- . nome do beneficiário;
- . valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2002, conforme Art. 98, § 3º da Constituição do Estado do Paraná);

. cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 30 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2003 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - a transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos os Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no art. 15 desta lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o Art. 205 da Constituição Estadual e com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que institui o Fundo Paraná;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o Art. 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, correspondendo para 2003 a 10,75% das receitas especificadas;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

X - ao pagamento de sentenças judiciais;

XI - a reserva de contingência, de acordo com o especificado no Art. 34 desta lei.

Art. 31 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de modificação na estrutura administrativa do Poder Executivo, consoante projeto de lei que se encontra em análise na Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 32 - Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação, todos os recursos de transferên-

cias intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º - A execução orçamentária de despesas provenientes de acordo, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 33 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária.

Art. 34 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo segundo dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 35 - O Saldo Financeiro verificado em 31.12.2003, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada, no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31.01.2004.

Art. 36 - A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

## Capítulo V

### Das Disposições sobre as alterações na Legislação Tributária

Art. 37 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2002, em especial:

I - as modificações na legislação Tributária decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência;

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.



Parágrafo Único - Para fins deste artigo, dever-se-á observar o disposto no artigo 14, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

### **Capítulo VI**

Das disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida

Art. 38 - No exercício financeiro de 2003, as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º - Os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do poder Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º - A repartição dos limites globais, de acordo com o Art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das Receitas Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º - As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, dos Poderes e do Ministério Público, deverão enquadrar-se também no disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 4º - O Estado poderá conceder reposição salarial desde que respeitados os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no item I, Parágrafo Único, do Art. 22 da referida lei.

Art. 39 - O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

### **Capítulo VII**

Das disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito

Art. 40 - O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 41 - As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2003, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

### **Capítulo VIII**

Disposições Transitórias

Art. 42 - O Projeto de Lei Orçamentária anual para o exercício de 2003, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

### **Capítulo IX**

Demais Disposições

Art. 43 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão se elaborar de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 44 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa, por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no Art. 5º desta lei.

Art. 45 - Integram a presente lei, de acordo com o disposto no Artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 46 - Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 47 - Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 48 - A Lei de Orçamento Anual de 2003, criará programa de apoio, as Sociedades Indígenas Paranaenses

Art. 49 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.06.2002

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

## Apoiamento:

Fernando Ribas Carli, Luiz Carlos Martins e Duílio Genari.

## ANEXO I

### Metas Fiscais

#### *1 - Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior*

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, firmado em 30 de outubro de 1998 entre o Governo do Paraná e a União, e revisto em outubro de 2001, continua sendo a referência principal para o processo de equilíbrio das contas públicas estaduais, quando da elaboração da proposta do orçamento geral do Estado para 2003.

O Programa de Ajuste Fiscal foi repactuado para o período 2001-2003, ocasião na qual ficou formalmente constatado o cumprimento das metas fiscais relativas ao exercício de 2000, pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Encontra-se em Análise na Assembléia Legislativa o Projeto de Lei da Reforma Administrativa do Estado, que propõe a redução da estrutura administrativa estadual, e conseqüentemente procura a redução de despesas. Fica entretanto assumido como regra geral, o compromisso de se evitarem reajustes gerais de salários do funcionalismo e a instituição de novos benefícios, com exceção dos que se fizerem necessários para recompor os salários das carreiras de base, nas áreas prioritárias da atuação do Estado.

As receitas de ICMS foram projetadas para o período de 2003 a 2005 levando-se em consideração um crescimento anual de 55,5% da variação do PIB, uma inflação anual de 3%, além do obtido como esforço fiscal.

#### *2 - Renúncias Fiscais*

A renúncia fiscal, tal como definida na Lei Complementar nº 24/75 e no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, assim como a criação ou a elevação de despesa obrigatória de caráter continuado, de que trata o artigo 17 da referida Lei Complementar nº 101, não ocorrerão no exercício de 2003, motivo pelo qual se deixa de indicar fontes adicionais de aumento de receitas para aquelas finalidades, tais como, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Assinalamos que a atração de indústrias estratégicas para o desenvolvimento do nosso Estado não envolve a renúncia de qualquer parcela da arrecadação preexistente, que pudesse gerar hiato de recursos e exigir cortes de outras despesas ou elevação de outras receitas. Ao contrário, busca ampliar a base tributária futura, através de crescimento mais acelerado do valor agregado na atividade industrial, gerando impostos cuja cobrança não sofre qualquer perda ou redução, que seriam as hipóteses

caracterizadoras de renúncia fiscal prevista na Lei Complementar nº 24/75.

Por outro lado, o parcelamento da cobrança de receitas tributárias, por concessão de moratória prevista nos artigos 152 a 155 - A do Código Tributário Nacional (Lei 5.172, de 25.10.66), ou a sua eventual canalização, nos termos da Lei Estadual nº 9.895, de 08.01.92, por via orçamentária, para o apoio a programas de industrialização, não só atende ao requisito de prévia geração de receita fiscal para suporte das ações do fomento, como também - pela natureza dessas aplicações - não estarão elas catalogadas como elevação de despesas de caráter continuado.

Nessa linha de raciocínio e em harmonia com a própria orientação da política de reestruturação e de ajuste fiscal adotada em todo o país com o apoio do governo federal, ganha particular relevo a atuação da Agência de Fomento do Paraná S.A.

#### *3 - Evolução do Patrimônio Líquido*

No período compreendido entre os exercícios de 2000 e 2001, foram, alienados ativos do Estado no valor de R\$3.296.688.061,43 (três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, sessenta e um reais e quarenta e três centavos), destacando-se a venda do Banestado, com o montante de R\$1.613.452.366,73 (um bilhão, seiscentos e treze milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta e três centavos), o qual foi utilizado na amortização da dívida proveniente do saneamento daquele Banco; a antecipação dos Royalties junto à União, no valor de R\$1.679.356.521,68 (um bilhão, seiscentos e setenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos), que resultou na capitalização da Parana Previdência com títulos públicos federais, cujos rendimentos já estão sendo apropriados; e R\$3.879.173,02 (três milhões, oitocentos e setenta e nove mil, cento e setenta e três reais e dois centavos) de devolução de capital subscrito na Ferroeste e Banestado, os quais foram utilizados em atendimento a programas constantes da Lei Orçamentária do Estado.

Segundo o balanço relativo a 2001, o patrimônio da Parana Previdência é de R\$2,2 bilhões, o que representa um crescimento de cerca de R\$500 milhões em relação ao valor patrimonial registrado em dezembro de 2000.

Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como o Ministério Público, na busca de estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado, deverão dar continuidade a implantação de sistema de registro, avaliação, atualização e controle do Ativo Permanente.

#### *4 - Metas Fiscais*

(Artigo 4º parágrafo 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000)

## DEMOSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Resultado Primário representa a diferença entre as receitas fiscais e as despesas fiscais, o resultado primário é

o valor não financeiro, representado pela diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

RECURSOS GLOBAIS (TESOURO+RECURSOS PRÓPRIOS) - VALORES CORRENTES

Em R\$1000

Especificação	2000		2001		2002		2003		2004		2005	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I - Receitas Fiscais	8.117.712	11,91%	8.466.984	10,86%	8.579.460	10,18%	8.988.960	9,81%	9.646.981	9,69%	10.252.897	9,48%
II - Despesas Fiscais	7.197.453	10,56%	7.879.050	10,11%	8.496.369	10,08%	8.838.781	9,65%	9.194.098	9,23%	9.723.081	8,99%
III - Resultado Primário (I-II)	920.259	1,35%	587.934	0,75%	83.091	0,10%	150.179	0,16%	452.883	0,45%	529.816	0,49%

RECURSOS GLOBAIS (TESOURO+RECURSOS PRÓPRIOS) - VALORES CORRENTES A PREÇOS DE 2002

Em R\$1000

Especificação	2000		2001		2002		2003		2004		2005	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I - Receitas Fiscais	9.650.4138	11,91%	9.120.635	10,86%	8.579.460	10,18%	8.547.076	9,81%	8.837.798	9,69%	9.130.835	9,48%
II - Despesas Fiscais	556.400	10,56%	8.487.313	10,11%	8.496.369	10,08%	8.404.280	9,65%	8.422.902	9,23%	8.659.001	8,99%
III - Resultado Primário (I-II)	1.094.013	1,35%	633.323	0,75%	83.091	0,10%	142.796	0,16%	414.895	0,45%	471.834	0,49%

## Metas Fiscais

(Artigo 4º parágrafo 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000)

## DEMOSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada no final do

exercício e o saldo da dívida fiscal líquida do final do exercício anterior.

ESPEFICICAÇÃO	SALDO EM 31 DE DEZEMBRO (VALORES EM R\$1000)					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
I - Dívida Consolidada	7.980.793	8.881.887	9.004.362	9.078.075	9.031.284	8.890.310
(-) Disponibilidade de Caixa	261.606	479.033	531.495	534.480	543.291	554.630
(-) Aplicações Financeiras	107.207	121.095	134.357	141.303	146.658	150.868
(-) Demais Ativos Financeiros	7.473	7.125	7.905	8.314	8.629	8.877
II - Dívida Consolidada Líquida	7.604.507	8.274.634	8.330.605	8.393.977	8.332.706	8.175.936
III - Receitas de Privatizações	1.613.452	0	0	0	0	0
IV - Dívida Fiscal Líquida (II+III)	9.217.959	8.274.634	8.330.605	8.393.977	8.332.706	8.175.936
Resultado Nominal	1.208.836	-943.325	55.971	63.372	-61.271	-156.770

O Estoque da Dívida Consolidada foi corrigido pela estimativa da variação do IGP-DI, no período.

## **ANEXO II**

### **Riscos Fiscais**

Com respeito a este título, revela aqui destacar que a presente lei contempla entre suas Receitas Correntes, para o exercício de 2003, sob o título de Transferências Correntes, o valor de R\$214.000.000,00 (duzentos e quatorze milhões de reais), correspondente ao Fundo Orçamentário Federal instituído pela Lei Complementar nº 102/2000, em substituição à Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir, assim como, no título Receitas Tributárias, a receita total estimada do ICMS inclui a previsão de arrecadação desse imposto incidente sobre energia elétrica, telecomunicações e mercadorias de uso e consumo conforme estabelecido nessa Lei Complementar.

Ocorre que a referida Lei Complementar nº 102/2000, editada em consenso com Estados e Distrito Federal, com base no pressuposto da certeza de que até este ano de 2002 se efetivaria concretamente a reforma tributária nacional, fixou como termo limite para o mencionado Fundo Orçamentário e igualmente para as restrições do uso dos créditos do ICMS da energia elétrica, telecomunicações e materiais de uso e consumo, a data de 31.12.2002.

Todavia, gestões presentes dos Secretários de Estados de Fazenda ou Finanças das unidades federadas perante as autoridades competentes do Governo Federal já se encontram em andamento, visando à continuidade das regras da Lei Complementar nº 102/2000, até que o seu fundamento consensual - a reforma tributária - se concretize e estabeleça novas bases de arrecadação e de equilíbrio fiscal entre os entes da federação.

É certo que, face à representatividade dessas receitas para grande número dos estados e a persistência ainda do já mencionado fundamento maior da Lei Complementar nº 102/2000 - a ausência de reforma tributária - aliada aos compromissos internacionais do País de gerar resultados primários positivos, para fazer frente ao grande endividamento federativo, os entendimentos em curso com a União conduzirão, neste ano, à continuidade do regime de receitas previstas na forma estabelecida por Lei Complementar, que assegurarão a manutenção das receitas aqui comentadas.

Necessária, porém se faz essa referência nesta lei, com vistas à eventualidade no futuro, se promover ajustes de valores na hipótese, ainda que improvável, de se frustrar a continuidade das regras da Lei Complementar nº 102/2000 a partir do exercício de 2003, o que inevitavelmente se refletia negativamente nos resultados primários previstos, na mesma intensidade das receitas excluídas, ante a dificuldade de se reduzir as despesas fixadas, aquém dos seus valores.

### **ITEM 21**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/2002, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação ao município de Nova

Esperança, da data de terra de nº 1 (um) da quadra nº 34 (trinta e quatro) da planta geral da cidade de Nova Esperança. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 55/2002, de 07.05.2002).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

#### **PROJETO DE LEI Nº 291/2002**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria deputado Basílio Zanusso, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder a doação ao município de Nova Esperança - PR, da data de terra de nº 1, da quadra nº 34, da planta geral Nova Esperança.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,**

#### **TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO**

#### **PROJETO DE LEI Nº 291/2002**

#### **P A R E C E R :**

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Basílio Zanusso, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder a doação ao município de Nova Esperança, da data de terra nº 1, da quadra nº 34, da planta geral Nova Esperança.

Esta Comissão, chamada a se pronunciar sobre tal matéria, não encontrou nenhum óbice que possa inviabilizar a regular tramitação do referido projeto de lei, sendo, portanto, favorável o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2002

(aa) EDSON STRAPASON - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

### **ITEM 22**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/2002, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação ao município de Alto Paraná, das Datas de Terra de nº 04 e 05 (quatro e cinco) da quadra nº 424 (quatrocentos e vinte e quatro) da planta oficial de Alto Paraná, com 450m2 cada uma. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 055/2002, de 07/05/2002).**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

#### **PROJETO DE LEI Nº 293/2002**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do deputado Basílio Zanusso, tem por objetivo autorizar o Poder

Executivo a proceder a doação ao município de Alto Paraná-PR, das Datas de Terra de nº 04 e 05 da quadra nº 424 da planta oficial de Alto Paraná, com 450m2 cada uma.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 293/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 293/2002, de autoria do deputado Basílio Zanusso, autoriza o Poder Executivo a proceder a doação ao município de Alto Paraná, das datas de terra de nº 04 e 05 da quadra nº 424, com 450m2 cada uma.

A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao projeto de lei em análise.

Nos imóveis funcionava a antiga delegacia. Com a construção de uma nova delegacia, o prédio ficou abandonado e o município quer dar destinação útil para a comunidade, abrigando entidades assistenciais, oficinas de artes e local para palestras.

Sob o aspecto do mérito, é indiscutível a importância da concretização da doação, objeto do Projeto de Lei nº 293/2002. Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação da matéria.

Sala das Comissões, em 26.06.2002.

(aa) EDSON SATRAPASSON - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**ITEM 23**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal imóvel situado naquele município. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2002, de 15/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 332/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a ceder à Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal imóvel situado naquele município

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade,

nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 332/2002

P A R E C E R :

De autoria do deputado Hermas Brandão, o projeto de lei em questão objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder à Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal imóvel situado no mesmo município.

Estudado pela Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos seus requisitos constitucionais nada encontrou. Após esta, foi analisado pela Comissão de Obras que ressaltou ser a propositura de cunho meritório pois, esse imóvel será usado como sede de serviços administrativos na municipalidade.

Portanto, opinou favorável pois o objetivo da propositura por si só justifica plenamente a medida tomada.

Sala das Comissões, em 26.06.2002.

(aa) EDSON SATRAPASSON - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 24**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 339/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/2002, que autoriza o Poder Executivo a firmar com a Receita Federal, termo de cessão de uso de uma área situada no Km 683 da BR-277, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira sob nºs 11.660, 11.663 e 7.829. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 064/2002, de 20/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 339/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, com origem na Mensagem nº 18/2002, autoriza o Poder Executivo a firmar com a Receita Federal, termo de cessão de uso de uma área de aproximadamente, 15.488,75m2, contendo uma edificação de 221,32m2, de propriedade do Estado do Paraná, situada no Km 683 da BR-277, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira sob nºs 11.660, 11.663 e 7.829.

Importante ressaltar que a cessão desse imóvel atende a relevante interesse do Estado, pois a Receita Federal irá dotá-lo de recursos técnicos e conjuntamente

com a Receita Federal, atuará a Fiscalização da Receita do Estado.

Por atender os requisitos constitucionais e os de interesse público, esta Comissão é de parecer favorável à proposição.

Sala das Comissões, em 21.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 339/2002

P A R E C E R :

Oriundo de Mensagem Governamental nº 018/2002, o projeto de lei em pauta autoriza o Poder Executivo a firmar com a Secretaria da Receita Federal, termo de cessão de uso de uma área, situada no Km 683 da BR-277, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Medianeira sob nºs 11.660, 11.663 e 7.829.

O projeto de lei em pauta já recebeu parecer favorável da dita Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis. Chamada esta Comissão a se manifestar sobre a matéria, somos de parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 26.06.2002.

(aa) EDSON SATRAPASSON - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

**ITEM 25**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Jaguapitã, imóvel conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 064/2002, de 20/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 346/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 346/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, autoriza o Poder Executivo a ceder imóvel ao município de Jaguapitã.

O imóvel descrito no projeto de lei era ocupado pela agência de rendas e pretende o município instalar naquele local os Conselhos Municipais de Segurança e de Saúde.

O parágrafo único da matéria trata de cláusula de destinação especial, não podendo o imóvel ser utilizado para outros fins.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 346/2002.

Sala das Comissões, em 04.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI Nº 346/2002

P A R E C E R :

De autoria do deputado Durval Amaral, o projeto de lei em pauta autoriza o Poder Executivo a ceder ao município de Jaguapitã, imóvel conforme especifica.

O projeto de lei em pauta já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

Camada esta Comissão a se manifestar sobre a matéria, somos de parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 26.06.2002.

(aa) EDSON SATRAPASSON - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

**ITEM 26**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/2002, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que autoriza a criação do Campus de Colorado da UEL, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 065/2002, de 21/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 354/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso, tem por objetivo autorizar a criação do Campus de Colorado da Universidade Estadual de Londrina, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 354/2002

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 354/2002, ora em tela para análise, de autoria do deputado Basílio Zanusso, autoriza a Criação do Campus de Colorado da UEL, conforme especifica.

No que concerne aos aspectos referentes às atribuições desta Comissão, nenhum obstáculo há que possa impedir a normal tramitação da presente matéria.

Deste modo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.06.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
ÂNGELO VANHONI - Relator

**ITEM 27**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Gaviões Londrinenses, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 068/2002, de 27/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 371/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Gaviões Londrinenses, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 28**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais funcionários públicos civis da Administração Direta e Autárquica, estabelecendo sua estrutura administrativa e funcional. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 071/2002, de 29/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 386/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo instituir o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais funcionários públicos e civil da Administração Direta e Autárquica, estabelecendo sua estrutura administrativa e funcional.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 386/2002

P A R E C E R :

O plano de lei em exame é de autoria do Poder Executivo, e objetiva instituir o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais ocupantes de cargos públicos, na Administração Direta e Autárquica, pertencentes ao Quadro Geral - QG, que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, decorrentes da alteração, em cinco carreiras, fundamentados nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência do serviço público.

No que concerne à análise desta Comissão de Finanças, concluímos que a matéria é de grande importância e complexibilidade, merecendo uma análise detalhada necessitando portanto de maior prazo para sua apreciação e oferecimento do devido parecer.

Em sendo assim manifestamos nosso parecer pelo encaminhamento da presente proposta à deliberação soberana do douto Plenário.

Sala das Comissões, em 26.06.2002.

(aa) MARCOS ISFER

Vice-presidente da Comissão de Finanças

DUÍLIO GENARI

Relator

**ITEM 29**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/2002, de autoria do deputado Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente das Senhoras de Entre Rios, com sede e foro no município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/2002, de 03/06/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 396/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Edson Praczyk, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente das Senhoras de Entre Rios, com sede e foro no município de Guarapuava.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 30**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre o deferimento do pagamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/2002, de 04/06/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 399/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Hermas Brandão, dispõe sobre o diferimento do pagamento do ICMS, de material usado na construção de usinas no Estado do Paraná.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável, na forma da emenda substitutiva em anexo.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 399/2002

Art. 1º - Fica deferido o pagamento do ICMS nas operações internas com equipamentos, aço, cimento, explosivos, óleo diesel e cinzas volantes (resíduos e carvão mineral) a serem utilizados em construção, no Estado do Paraná, de Usinas Hidrelétricas, Pequenas Usinas Hidrelétricas, Usinas Termelétricas, Usina Elétrica a Gás, Central Térmica e, também, ampliação de minas de carvão.

Art. 2º - Encerrar-se-á a fase do diferimento, em relação aos produtos arrolados no artigo anterior, quando da anterior saída da energia elétrica e do carvão produzidos pelas imprensas relacionadas no artigo 2º, salvo se houver disposição específica de diferimento, ou outra forma de substituição tributária, ou suspensão do imposto, hipótese em que observar-se-á a regra pertinente.

Art. 3º - O Poder Executivo estabelecerá regras para o controle das operações e para o acompanhamento da fruição regular do regime fiscal estabelecido nesta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

**ITEM 31**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores de Bairro do Conjunto Habitacional Vilas Boas - AMBCHVB, com sede e foro no município de Formosa do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 076/2002, de 05/06/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 404/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Bairro do Conjunto Habitacional Vilas Boas, com sede e foro no município de Formosa do Oeste.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 32**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Jayme Canet, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 078/2002, de 11/06/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 415/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Jayme Canet - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator



**ITEM 33**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal Casinha Feliz, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 080/2002, de 12/06/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 417/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal Casinha Feliz, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 417/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal Casinha Feliz, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

Apoiamento:

Orlando Pessuti e Marcos Isfer.

**ITEM 34**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/2002, de autoria do deputado Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente Sara Nossa Terra, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 080/2002, de 12/06/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 418/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Edson Praczyk, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente Sara Nossa Terra, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 35**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores de Jardim do Sol, com sede e foro no município de Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 080/2002, de 12/06/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 429/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Jardim do Sol, com sede e foro no município de Londrina

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 36**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 474/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que altera o parágrafo 2º do artigo 29 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (ICMS). **SEM PARECERES.**

PROJETO DE LEI Nº 474/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O parágrafo 2º do artigo 29 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º - Não se estornam créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior, bem como referentes a mercadorias adquiridas no Estado ou importadas do exterior com despacho aduaneiro efetuado no território paranaense para fabricação de papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos de que trata o inciso I do artigo 4º desta lei”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.2002.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta objetiva fomentar a industrialização de papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, mediante a manutenção dos créditos relativos à aquisição de mercadorias importadas do exterior com desembaraço no território paranaense.

Desnecessário lembrar que o incremento da atividade industrial propicia um aumento do nível de emprego, tanto diretos quanto indiretos, bem como ampliará o movimento portuário no Estado.

Tal medida também busca evitar a importação de papel de imprensa, diminuindo custos de setor diretamente ligado à liberdade de informação e irradiador de cultura.

Como este projeto está relacionado dentro dos que estão incluídos na Comissão Geral, designo para relatar, o deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES

(Lê o Projeto de Lei nº 474/2002)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Para discutir o parecer.

Senhor presidente, deputado Durval, deputado atuante na Casa, para nós é muito difícil votar esse parecer e esse projeto, primeiro porque o projeto foi protocolado na Casa no dia 26 de junho. Não deu condições de nós, da Casa, analisarmos. É um projeto que mexe com recursos do ICMS. Já fizemos um festival de apresentação de projetos de ICMS nesses 6 meses, e com todo respeito ao deputado Durval Amaral, líder do Governo, preciso ouvi-lo depois na defesa do projeto, mas não

tenho condições nem de votar o projeto e muito menos, de votar o parecer, porque eu não sei da constitucionalidade.

Chegou ontem nesta Casa o parecer, e não dá para hoje já estar na pauta, senhor presidente. Acho que a própria Mesa tem que evitar essas situações para que não nos coloquemos numa situação difícil. Um projeto que mexe com recursos, que cria facilidades, cria dificuldades para a própria atividade e nós não sabemos como fazer a votação desse projeto.

Portanto, solicitaria ao deputado Durval Amaral que transferisse a apresentação desse projeto para o próximo período legislativo, porque seria mais adequado. Não podemos estar votando hoje um projeto que entrou ontem. Não podemos estar votando em Comissão Geral, nesta Casa, sem discussão. Portanto, voto contrário ao parecer do deputado Carlos Simões e na sequência, eu solicitaria, e com certeza nos acompanha a Bancada do PDT, ao deputado Durval Amaral que retirasse o Projeto da Ordem do Dia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados, o governo do Estado do Paraná tem uma preocupação muito grande na industrialização deste Estado.

Tanto isso é verdade que é inquestionável a transformação econômica do Paraná, feita através da industrialização.

Sabemos que existe a imunidade tributária, prevista no artigo 155 da Constituição Federal, no que se refere ao papel. Entretanto, o Estado do Paraná conseguiu atrair uma indústria norueguesa num investimento de mais de 500 milhões de dólares, onde não só o governo do Estado do Paraná, mas o governo federal flexibilizaram a legislação para industrialização de papel no nosso país e no nosso Estado. É a única alternativa para se dar competitividade à indústria papelreira, não só no Paraná mas no Brasil.

O que estamos propondo, até porque isso faz parte do protocolo de industrialização do Paraná, mantido com essa empresa, é que o governo do Estado, assim como fez o governo federal, assim como fez a Secretaria da Receita Federal, possa dar crédito de ICMS para as indústrias, porque a lei não pode ser específica, tem que ser para todas as indústrias papelreiras, não pode, fazer uma lei específica, mas que todas as indústrias do gênero que vão fabricar papel para livros, jornais e periódicos, possam, nas suas importações de equipamento, creditar-se em ICMS, no montante equivalente à importação, não da matéria prima, mas dos equipamentos necessários para transformação do papel, no Paraná.

Então é fundamental esse projeto, não só para se viabilizar essa indústria, no Estado do Paraná, mas para se viabilizar no Brasil, assim como fez o governo federal, criando condições da industrialização do papel, porque grande quantidade de papel usado no Brasil é importado, gerando déficit na balança comercial. O que o governo brasileiro quer fazer, o que o governo do Paraná deseja fazer, é viabilizar a industrialização da celulose no nosso Estado.

Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, eu não questiono, porque não tenho nem informações para questionar. O que eu questiono é que, agora muito mais pelas informações do deputado Durval Amaral é que: tendo um protocolo que não foi firmado ontem, tendo toda uma necessidade que a indústria já deve ter manifestado aos órgãos do governo, tanto do desenvolvimento como do fomento e à própria Secretaria da Fazenda, como teremos condição de analisar com seriedade, com profundidade um projeto dessa grandeza na hora que caiu na nossa mesa?

Tenho certeza que nem a assessoria da Casa teve oportunidade de analisar o projeto, como também não passou pelo Departamento Legislativo, para que primeiro pudesse dar uma olhada! Ele entrou ontem, na Casa, foi protocolado ontem e hoje está na Ordem do Dia!

Por esta razão eu não tenho condição de votar, e não tendo, acho que esta Casa tem que se preservar, porque aí é simplesmente homologação. Daqui a uma semana, se estivermos aqui ainda ou em agosto, eu não me furtaria de votar, mas preciso saber o que estou votando, porque com certeza, tendo benefício, precisamos conhecê-lo.

Obrigado.

**O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)**

Presidente, quero fazer coro às palavras do deputado José Maria, porque nós, efetivamente, não estamos conhecendo a matéria; ingressou ontem na Ordem do Dia.

V. Exa. tem a incumbência, como presidente, de colocar na Ordem do Dia ou não, todos os projetos que estão na pauta. V. Exa. que determina se entra ou não na pauta, e como o projeto entrou ontem e está hoje na Ordem do Dia, é uma matéria que nos remete a uma reflexão mais profunda, porque mexe com a economia do Estado. Precisamos, no mínimo, entender a matéria, e no mínimo, termos um parecer da assessoria técnica da Secretaria da Fazenda.

Acho que um projeto dessa magnitude, sem um parecer prévio da Secretaria da Fazenda... é comum esta Casa, quando ingressa um projeto com impacto econômico, seja em que área for, ouvir, através da Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Legislativa, ouvir o parecer da Secretaria da Fazenda.

Logo, indago a V. Exa., na condição de presidente da Casa, que faça uma solicitação ao deputado Durval Amaral no sentido que possamos deixar esta matéria para o mês de agosto.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em votação o parecer. **Aprovado.**

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Para Encaminhar)**

Queríamos saber de V. Exa. o quanto representa de ICMS represado, ou o que está se tentando condicionar nesta lei.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V. Exa. está exigindo do presidente uma informação que o presidente não tem.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Justamente, por isso, senhor presidente, acho que o Plenário também, não possui, nem para votar favoravelmente, nem contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Coloquei o projeto na Ordem do Dia, porque inclusive ontem, no requerimento apresentado pelo líder do Governo, devidamente apoiado por mais seis líderes de partidos desta Casa, estava incluído esse projeto.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Transfiro a minha pergunta e queria que V. Exa. transferisse para o Plenário esses seis líderes que assinaram esse requerimento, que me fornecessem qual é o ICMS represado no interesse dessa lei.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Pelo menos o deputado autor pode lhe explicar quanto representava em valor, o que é que nós estamos votando, ele que nos explique, porque o autor do projeto tem que ter quantificado idéia.

V. Exa., como autor, poderia nos explicar qual o impacto que isso teria para a economia, por que, quais são os valores exatos que estamos votando.

**O SR. DURVAL AMARAL**

É muito tranqüilo, nobre deputado.

Você não tem um valor exato, porque você não tem o valor da importação. Logo, se você não tem o valor da importação, trata-se de recursos que não ingressaram no Estado do Paraná e nem no Brasil. Se não criarmos condições e tenho certeza que hoje é mais vantajoso para o país e para as indústrias no Brasil importarem papel. Não se fabrica tanto papel para jornal, para revistas e para periódicos no Brasil, porque é mais vantajoso importar. Por que é mais vantajoso importar? Porque a Constituição Federal, no seu artigo 155, diz da imunidade tributária, não se paga impostos para importar papel e periódicos, papel para indústrias de periódicos no Brasil.

O que é que o governo brasileiro está fazendo, o senhor não pode ser contra a geração de empregos neste Estado, muito menos neste país. O governo brasileiro, juntamente com o governo do Estado, para possibilitar a industrialização da nossa celulose do Brasil, ao invés de a indústria importar, está criando condições para que as indústrias se instalem no território brasileiro e também no Estado do Paraná.

Logo, todos os equipamentos importados para essas indústrias, que hoje não pagam ICMS, porque essas indústrias não estão no Brasil e não estão no Paraná, o que vai acontecer, com instalação dessas indústrias, essas empresas vão gerar ICMS, vão gerar riquezas, vão gerar emprego para o país. O que é que o governo brasileiro pretende e o governo do Estado do Paraná? Essas empresas se instalam no Estado do Paraná, se instalam no Brasil e efetivamente geram empregos, geram rendas.

O que é que elas vão poder se creditar - os equipamentos que elas importarem. Então é uma questão muito simples, qual é o valor, nós não sabemos, porque não sabemos efetivamente qual, quanto vai ser importado e quanto vai ser comprado no território brasileiro.

Só por isso!

#### O Sr. Neivo Beraldin

Acho que a idéia, pelo que entendi não é ruim, mas evidentemente vou estar aqui para me conformar, na condição de minoria. Gostaria que a matéria fosse votada em agosto, que tem tempo para isso. O que acontece de errado neste Poder, é que nos últimos dias, no final do ano, no período legislativo, começa a aparecer uma série de matérias que são estranhas à Casa. Isso é comum, vem acontecendo isso há muito tempo. É apenas essa constatação.

#### O Sr. Ribas Carli

Senhor presidente, senhores deputados. É um assunto realmente palpitante, quando nós procuramos alterar a legislação tributária. Gera dúvidas, gera suspeitas. Muitas vezes, pergunta-se quem será o beneficiado, mas nessa questão existe somente um beneficiado que é o povo brasileiro, com a geração de empregos, principalmente a economia brasileira.

Sabem os senhores, que o país, principalmente agora, atravessa uma situação difícil, com o risco do Brasil indo a mais de 1.700 pontos, em função do déficit que nós temos no nosso balanço de pagamento, mais precisamente o nosso déficit de transações correntes.

E um dos principais produtos da nossa pauta de importação é o papel de imprensa que entra em nosso país.

Por conseguinte, nós temos que gastar divisas, que nós conseguimos a duras penas, exportando por exemplo, a nossa soja, o nosso farelo de soja, o nosso milho e assim por diante.

O governo brasileiro, numa atitude coerente, visando acertar, amenizar o nosso déficit em transações

correntes, baixou uma medida provisória onde dá isenção de PIS e de Cofins à toda a produção de papel de imprensa dentro do país, facilitando com isso a instalação de novas indústrias que irão fabricar o papel de imprensa.

E este projeto anda na mesma direção, quando faz a alteração na legislação do ICMS, para favorecer a instalação de indústrias de papel de imprensa, fazendo com que aquelas indústrias, que já fabricam o papel, possam ampliar a sua produção, e fazendo também com que aqueles que queiram entrar no mercado de papel de imprensa possam ter facilidades para adquirir os equipamentos e implantar as indústrias.

Isto para esclarecer a questão tributária.

Muito obrigado!

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, não querendo criar nenhuma dificuldade de celeuma, mas procurando preservar a Casa e aquilo que o deputado Ribas Carli afirmou, isso poderá criar algumas suspeitas. Não foi nesse sentido que levantei a questão, mas também é pertinente.

O que rege esta Casa é o Regimento Interno.

Solicito a V. Exa. a aplicação do artigo 176 do Regimento Interno que diz o seguinte: “nenhum projeto será discutido sem que tenha sido encaminhado para a Ordem do Dia pelo menos com 24 horas de antecedência.

“Mediante isso, o projeto foi protocolado ontem, peço o cumprimento do artigo.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo a V. Exa., ele foi anunciado ontem.

Está bem, tiro da pauta e incluo na pauta da Sessão da tarde.

O parecer já foi feito, será incluído na Sessão da tarde.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Declino a verificação de votação.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nºs 1819 e 1820, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1832, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 1836, 1837 e 1843 a 1846, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1848, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1852, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1853, de autoria do deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Deferido.**

Requerimento nº 1818, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Solicito aos parlamentares que se dirijam aos seus locais, assentos, poltronas, para que possamos fazer a verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento do deputado Luiz Carlos Zuk solicitando pedido de informações ao governador e à secretária da Educação, queriam levantar-se.

16 parlamentares aprovam.

Que rejeitam, queiram levantar-se.

24 deputados rejeitam o requerimento.

Está **rejeitado** o requerimento

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Para justificar o voto, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Mais uma vez, senhor presidente, infelizmente, não conseguimos a transparência anunciada em propaganda mentirosa do Governo do Estado.

Infelizmente, queríamos saber do setor primordial à família paranaense, aos nosso filhos que é a educação e

não conseguimos. Mas estaremos batendo na tecla para que a verdade apareça.

Obrigado, senhor presidente!

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só uma sugestão - não sei se os deputados e V. Exa. concordariam - para que fizéssemos às 14h00 a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós temos um problema administrativo de impressão. Então, será às 14h30, mesmo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para as 14h30, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 308, 375, 390/2002, e do Projeto de Resolução nº 028/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 030, 195, 221, 291, 293, 332, 339, 346, 354, 371, 386, 396, 399, 404, 415, 417, 418, 429/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 364/2001, 421/97, 495/2001, 112, 283, 292, 318, 385, 466, 467, 474/2002.

Levanta-se a Sessão.